



PEDS

Plano
Estratégico de
Desenvolvimento
Sustentável



1^o PILAR
ECONOMIA
ECONOMICS



ÍNDICE

1. GARANTIR A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA, A CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL, PROMOVER A DIVERSIFICAÇÃO E FAZER DE CABO VERDE UMA ECONOMIA DE CIRCULAÇÃO LOCALIZADA NO ATLÂNTICO MÉDIO.....	3
1.1 O PLANO DE RETOMA ECONÓMICA.....	3
1.2 DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL.....	4
1.3 CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL.....	6
1.4 CABO VERDE PAÍS PLATAFORMA DE CIRCULAÇÃO NO ATLÂNTICO MÉDIO.....	7
1.5 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	8
1.6 DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA CABO-VERDIANA.....	10
1.6.1 TURISMO SUSTENTÁVEL.....	12
1.6.2 ECONOMIA AZUL.....	14
1.6.3 ECONOMIA DIGITAL.....	17
1.6.4 INDÚSTRIA.....	19
1.6.5 ENERGIA.....	20
1.6.6 COMÉRCIO.....	23
1.6.7 TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA.....	24

1.6.8 CULTURA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS.....	27
1.6.9 CABO VERDE CENTRO FINANCEIRO.....	28
1.6.10 CABO VERDE PLATAFORMA DE DESPORTO.....	32
1.6.11 DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA.....	34

1. GARANTIR A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA, A CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL, PROMOVER A DIVERSIFICAÇÃO E FAZER DE CABO VERDE UMA ECONOMIA DE CIRCULAÇÃO LOCALIZADA NO ATLÂNTICO MÉDIO

1.1 O PLANO DE RETOMA ECONÓMICA

A pandemia da COVID-19 pôs em evidência as fragilidades da economia cabo-verdiana, baseada no setor dos serviços em cerca de 61,2% do PIB, pelo que, após centrar esforços no controlo da pandemia e na mitigação dos seus impactos com a adoção de um programa de estabilização económica e social, o Governo aprovou um Plano de Retoma que define estratégias de saída das medidas excecionais para entrada num novo ciclo de recuperação e aceleração da economia com foco na resiliência e diversificação da economia, na transição energética, na aceleração da economia digital e inovação e no desenvolvimento do capital humano paralelamente à aceleração das reformas para uma maior competitividade da economia.

O plano de retoma assenta em quatro orientações básicas:

- Restabelecimento da atividade de empresas afetadas pela pandemia e aceleração da transição da economia informal a formal;
- Alargamento do leque de instrumentos financeiros e não financeiros para promoção de investimentos do setor privado e do emprego;
- Aposta no crescimento sustentável, com redução das vulnerabilidades a choques externos e reforço da resiliência económica, pela diversificação e transformação da economia através da inovação e do empreendedorismo digital;
- Criação de um quadro institucional de diálogo com os diversos atores de fomento empresarial, para articulação e acompanhamento das políticas de fomento empresarial.

Foram assim identificadas um conjunto de medidas de apoios financeiros e não financeiros às empresas do setor privado, que passam pela melhoria do acesso ao financiamento, promoção e captação de investimentos privados de origem interno e externo, de forma articulada e num quadro institucional de diálogo através do Conselho Nacional de Desenvolvimento do Sector Privado e do Conselho de Nacional de Desenvolvimento do Sector Financeiro.

O Plano de Retoma, enquadrado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2022-2026), integra linhas de créditos, identificadas em parceria com os bancos comerciais e visando libertar o potencial do setor privado com objetivo de diversificação da economia e de criação de empregos, num montante total de 9 milhões de contos, à taxa de juros de 3,5% ao ano com cobertura de Garantias de 50 a 80% da Pró Garante (5 milhões de contos) e Aval do Estado (4 milhões de contos), nas seguintes modalidades:

- 30% ou seja, 2.700.000.000,00 ECV para crédito de apoio à tesouraria,
- 70%, ou seja, 6.300.000.000,00 ECV para crédito de apoio ao investimento com destaque para as linhas específicas para:
 - ▶ Agro Business (300.000 contos /subsídios de 10% / 80% de garantia);
 - ▶ Pescas Semi Industrial (300.000 contos / subsídios de 20% e garantia de 80%);
 - ▶ Instituições de Micro Finanças (250.000 contos com garantia de 60%);
 - ▶ Start UP (200.000 contos com bonificação da taxa de juros de 50%);

As linhas de crédito abrangem empresas de todas as dimensões, com os seguintes pacotes de crédito: Grandes Empresas até 100.000 contos; Médias Empresas até 50.000 contos; Pequenas Empresas até 25.000 contos e Microempresas até 5000 contos.

Consta também do Plano de Retoma um Programa de Assistência Técnica e financeira sob gestão da Pró Empresa, denominado Pró Crédito, com um montante total de 3 milhões de dólares para subsídios às Micro Pequenas e Médias Empresas até 500 contos para apoio a transição da economia informal a formal com contabilidade organizada, elaboração de planos de ne-

gócios, modernização de equipamentos de produção, transformação digital, certificação de processos ou produtos, transição energética com uso de painéis solares para eficiência energética, com apoio do CERMI.

De destacar ainda, no âmbito do Plano de Retoma, a operacionalização do Fundo de Impacto e do Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado. O Fundo de Impacto, no valor de 10 milhões de dólares, destina-se à capitalização das PME em vários níveis de maturidade, nos setores de Turismo, Indústria, Pescas, Transportes, Energias Renováveis, Agrobusiness, Tecnologias de Informação e Comunicações (exclui-se: imobiliária, turismo residencial) mediante participação, para um prazo de 5 a 7 anos, num montante mínimo de 35.000.000 ECV e um máximo de 55.000.000 ECV por operação, podendo exceder o limite máximo em investimentos com potencial de alta transformação da economia cabo-verdiana. O Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado de 90 milhões de euros enquadra-se dentro das facilidades de apoio ao investimento de grandes empresas cabo-verdianas.

As medidas de apoio do Plano de Retoma visam fornecer soluções de financiamento sustentável de curto, médio e longo prazo para investimentos e tesouraria a cerca de 1200 empresas com estimativa de criação de cerca de 18.500 postos de trabalhos diretos e indiretos.

Em 2026, após aplicação do plano de retoma, perspetiva-se uma atividade económica mais robusta, pelo aumento da confiança dos consumidores e dos agentes económicos; uma economia dinâmica e em crescimento, com a aceleração da transformação e diversificação económica, com foco na inclusão económica, financeira, social e digital e a redução da pobreza e aceleração da promoção do trabalho decente e do empreendedorismo.

1.2 DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

O tecido empresarial nacional caracteriza-se por uma elevada incidência de micro, pequenas e médias empresas.

Segundo o INE, em 2020, Cabo Verde tinha 11.115 empresas ativas e formais no país, ou seja menos 0,5% em relação ao ano anterior, o que se explica pelos efeitos da COVID 2019 e pela consequente queda do PIB. As micro, pequenas e médias empresas representavam 97,6% do tecido empresarial nacional, ou seja, cerca de 75% das empresas são microempresas, 9,9% pequenas

empresas, 13,1% médias empresas e apenas 2,4% são grandes empresas. Em 2020, muitas empresas desapareceram, ou seja, 26,5% das médias empresas, 14,4% das pequenas empresas, 22,7% das grandes e um crescimento de 9,7% das microempresas.

As empresas com contabilidade organizada representavam 37,2% das empresas ativas, empregavam 74% do pessoal ao serviço das empresas, e estas cresceram 6,5% e em contramão -4,3% das empresas sem contabilidade organizada desapareceram. As primeiras também suplantam em matéria de faturação.

Reconhecido como motor do crescimento económico e principal investidor e empregador o setor privado deverá liderar a produção de riqueza para o desenvolvimento sustentável, tirando proveito das facilidades de investimentos e das novas oportunidades de negócios.

Para o efeito o Governo adotou novas medidas para a retoma da economia pela criação de estímulos ao empreendedorismo mediante dinamização do investimento privado de empresas endógenas e de investidores externos pela dupla aposta na atração e retenção do investimento externo.

Neste quadro, o Estado dará continuidade ao seu programa de melhoria do ambiente de negócios para dinamizar investimentos privados com garantia de um quadro regulatório favorável e um contexto macroeconómico estável que facilite a mobilização dos diversos atores de desenvolvimento, a coordenação de iniciativas de apoio ao empreendedorismo, a eliminação de barreiras ao investimento e a aceleração da criação de empregos, em particular de jovens e mulheres.

Neste sentido, o Governo irá avançar, no âmbito do PEDS II, com um conjunto de medidas de estímulo ao setor privado com foco no acesso ao financiamento, acesso à informação e acesso ao mercado num quadro de diálogo público e privado através dos Conselho Nacional de Desenvolvimento do Sector Privado e do Conselho Nacional de Desenvolvimento do Sector Financeiro.

A política de fomento empresarial integra também: a identificação de cadeias de valor nos sectores da agricultura, das pescas e do turismo; o apoio à internacionalização das empresas nacionais; a integração das PME nacionais nas Zonas Económicas Exclusivas; a promoção a divulgação de informação às MPMEs e programas de empreendedorismo; a realização de feiras e workshops sobre empreendedorismo e emprego;

a promoção de uma cultura de diálogo; a produção de estatísticas e inquéritos empresariais. Mais ainda, no âmbito da sua estratégia de diversificação da economia e de maior integração na cadeia global de valores foram identificados novos eixos estratégicos com novas oportunidades de negócios e incentivos para investimentos do sector privado:

- No turismo, no âmbito do novo Plano Operacional do Turismo, centrado na diversificação dos mercados emissores e dos produtos turísticos nomeadamente o turismo de saúde, turismo de negócios, ecoturismo, turismo de eventos desportivos, turismo de jogo, turismo cultural e turismo de história;
- Na Agricultura Digital, pela aposta na automação e excelência na gestão de unidades agrícolas pela aposta numa agricultura moderna, através de programas de assistência técnica e de certificação, políticas de atratividade e rejuvenescimento do setor agrícola incentivos ao empreendedorismo jovem e aumento da produtividade no setor agrícola aproveitando as sinergias entre os setores agroalimentar e turístico;
- Na indústria, pela aceleração da política da industrialização de Cabo Verde, com foco na modernização e crescimento da capacidade de exportação nacional, para uma maior integração do país nas cadeias de valor globais, bem como na conquista de novos mercados internacionais, tirando vantagens competitivas respeitantes à localização estratégica à integração regional e comunitária (CEDEAO, ZLCCA, AGOA, CPLP), potencializando a internacionalização das empresas nacionais;
- Na Economia Azul pelo desenvolvimento das pescas/captura/produção/aquacultura/maricultura/conservação/transformação/congelamento e comercialização de pescado, na reparação e construção navais, nos serviços marítimos, nos desportos náuticos, evidenciando várias oportunidades de investimentos para o setor privado e através da implemen-

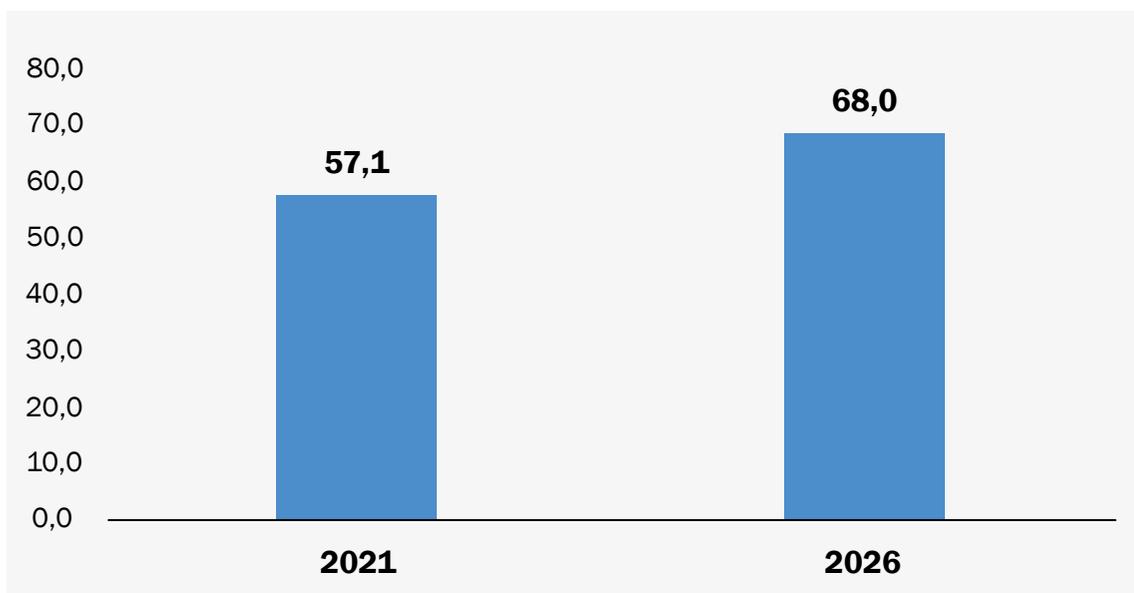
tação de políticas de fomento do empreendedorismo, em particular na Zona Económica Especial Marítima em São Vicente;

- Na Economia Digital, com implementação da estratégia de transformação de Cabo Verde num hub das telecomunicações, num centro regional da inovação, do empreendedorismo e da excelência e num mercado regional de referência da economia digital.
- Na Economia Verde atendendo ao potencial das energias renováveis na redução do custo de eletricidade e água, aumento da segurança energética e da competitividade para a diversidade da economia nacional.

Assim sendo, visando a melhoria do ambiente de negócios, o PEDS II contempla a aceleração da transição da economia informal para formal e criação de Casa do Empreendedor em todos os concelhos do país; propõe-se ainda restaurar o Balcão Único do Investidor, com o serviço de after care operacional, bem como implementação da plataforma de abertura de empresa online e da plataforma de registo de bens móveis. Será ainda revista uma vasta legislação com o objetivo de introduzir melhorias nas mesmas com reflexo na melhoria de ambiente de negócios. Propõe-se atingir um score global entre 68 e 70 horizonte 2026 (Gráfico N° 6).

Para o efeito, foram identificados novos instrumentos financeiros e não financeiros de apoio ao investimento privado nos mercados de capitais e no sistema bancário pelo reforço do Fundo de Garantia Parcial de crédito num total de 17 milhões e dinamização do instrumento de Capital de Risco; emissão de obrigações temáticas: Blue Bonds, Green Bonds, Diáspora Bonds e Social Bonds; lançamento do Fundo de Impacto de 10 milhões de dólares de apoio as PMEs; operacionalização do Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado de 90 milhões de euros; mecanismos de refinanciamento das instituições de microfinanças pelo Banco de Cabo Verde; incentivos a mobilização de recursos através de plataformas de Crowdfunding e Business Angels; reforço dos programas de formação profissional e de promoção do emprego digno.

Gráfico nº1 - Score Global no Doing Business em 2021 e 2026 MFFE.



1.3 CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL

Um dos maiores desafios de Cabo Verde identificados no último PEFA (Public Expenditure and Financial Accountability) é o da consolidação orçamental para conter as vulnerabilidades macroeconómicas, tendo em conta a imperatividade da contenção das despesas correntes, a mobilização de receitas endógenas, a melhoria da gestão dos investimentos públicos e o fortalecimento do Sector Empresarial do Estado (SEE). Esse desafio se viu agravado com o impacto da pandemia da Covid-19, resultando numa forte deterioração da situação fiscal, com: (i) uma acentuada queda das receitas e a reprogramação das mesmas em menos de 60 mil milhões de escudos entre 2020 a 2022; (ii) um agravamento das despesas em cerca de 2% do PIB, na sequência das medidas de resposta à pandemia adotadas para preservar a vida dos cabo-verdianos e a sobrevivência de várias famílias, e, consequentemente, (iii) um aumento da dívida pública para cerca de 142,7% do PIB. A conjugação do comportamento dos principais agregados traduziu-se numa degradação do saldo orçamental, elevando os défices públicos a dois dígitos ou seja para -9,1% e -7,4% do PIB, em 2020 e 2021 respetivamente.

Entretanto, tais níveis de défice não são sustentáveis, tornando-se imperativo a retoma do défice para níveis inferiores a 3% do PIB até 2026. Assim, a estratégia de consolidação das finanças públicas interrompida em 2019, em face ao impacto da pandemia da covid-19, foi retomada com a reprogramação do OE 2022 e constituirá um dos pilares do processo de reforma para um Cabo Verde resiliente e sustentável.

A estratégia da consolidação e da sustentabilidade da dívida pública estará alicerçada em 5 (cinco) pilares:

- 1.** Aumento das receitas endógenas, com destaque pelo aumento dos níveis de arrecadação, em face ao alargamento da base contributiva, através da melhoria dos níveis de eficiência e eficácia da Administração Tributária, através de ações coordenadas e sistemáticas em áreas essenciais desta, bem como através do reforço institucional, quer ao nível das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) como de recursos humanos.
- 2.** Racionalização e contenção das despesas. A curto prazo, as despesas correntes permanecerão globalmente estáveis, mas a médio prazo é imperativo que se obtenha ganhos de eficiência, reduzindo os rácios despesas com salários e das despesas do pagamento de juros reportados ao PIB, o que resultará numa diminuição gradual do rácio despesas correntes/PIB. Isso, como resultado do programa de transformação da governação digital, novas modalidades de gestão da dívida e implementação de um sistema de incentivo à racionalização e eficiência das despesas públicas da administração central, com vista a estruturar um sistema contínuo de identificação e eliminação de desperdícios, promovendo a eficiência e a produtividade dos serviços públicos, com a participação de funcionários e gestores públicos, em que se

consagra uma estrutura de incentivos para equipas da administração pública, assente em metas de redução efetiva da despesa e de garantia de elevado desempenho dos serviços, e sujeita a avaliação independente.

3. A implementação de uma Agenda de infraestruturização e novos mecanismos de financiamento. O Governo está empenhado em melhorar a eficiência do quadro de agenda de infraestruturização do País, sendo que esta é uma componente crucial do PEDS II e desempenhará um papel fundamental no apoio à recuperação económica. Os principais desafios da consolidação orçamental passam por melhorar a eficácia dos investimentos em infraestruturas e a eficiência dos serviços, buscando novas abordagens para o financiamento, pois investir em infraestruturas com efeito multiplicador no crescimento económico, porquanto geram emprego, como também oportunidades económicas por via da conectividade e do acesso aos serviços. Assim, esses investimentos serão concretizados com mecanismos de financiamento como conversão da dívida externa em investimento, emissão de obrigações sustentáveis (sustainable bonds) e Parcerias Público-Privadas (PPPs) geradoras de cash flow, permitindo recorrer ao Project Finance, além de plataformas de crowdfunding.

4. Restruturização das principais empresas públicas. O Governo tem em curso uma importante agenda de reestruturação das empresas públicas através das privatizações, concessões e parcerias público-privadas visando a potenciação da transformação dos mais variados setores de atividade da economia nacional, através da atração de investimento privado com alargada experiência, capacidade de inovação e de acesso a fontes expressivas e atrativas de financiamento. Com a implementação da agenda de transformação das empresas públicas o Governo pretende ainda reduzir a dependência estatal das empresas do Setor Empresarial do Estado, a redução da dívida pública e do risco fiscal, bem como, a promoção do desenvolvimento da economia, o aumento da resiliência económica, a sustentabilidade do Orçamento de Estado, a competitividade, o emprego, aumentar as exportações e acelerar o crescimento económico.

5. Novas modalidades de gestão da dívida: O Governo envidará esforços junto dos parceiros bilaterais no sentido de se conseguir a renegociação da dívida externa bilateral, de forma a continuar a investir em setores chaves da economia.

1.4 CABO VERDE PAÍS PLATAFORMA DE CIRCULAÇÃO NO ATLÂNTICO MÉDIO

Fazer de Cabo Verde um País Plataforma é parte do primeiro objetivo estratégico do PEDS II e inclusive a inserção dinâmica no Sistema Económico Mundial realiza parte do Pilar soberania deste plano estratégico. Neste ciclo do PEDS II a diplomacia cabo-verdiana deve enfrentar e vencer os desafios da consolidação da posição de Cabo Verde como parceiro útil e relevante no Atlântico Médio, aumentar o seu prestígio internacional, fazer da diáspora uma centralidade, promover novas modalidades de gestão da dívida externa e a mobilização de recursos para o financiamento do desenvolvimento sustentável, consolidar a integração regional e promover a inserção dinâmica do país no Sistema Económico Mundial.

A Diplomacia deverá reforçar a integração regional com a reinstalação da Missão Permanente de Cabo Verde junto à União Africana, promovendo o reconhecimento das Especificidades de Cabo Verde na CEDEAO enquanto pequeno Estado Insular, promover a renovação do Regime preferencial com a EU, a assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos com Brasil, definir uma estratégia de produtos para o mercado dos EUA tendo em atenção que a AGOA vigorará até setembro de 2025 e promover a divulgação das oportunidades do Centro Internacional de Negócios.

Transformar Cabo Verde num País Plataforma pressupõe reforçar a confiança e neste particular o PEDS II deverá priorizar:

O reforço da estabilidade, realizando acordo de Aceleração do plano de reformas e agendas estratégicas no âmbito da Agenda 2030 celebrado com o FMI, realizar a estratégia de consolidação das finanças públicas interrompida com a pandemia da Covid-19 e retomada com a reprogramação do OE 2022 que constituirá um dos pilares do processo de reforma para um Cabo Verde resiliente e sustentável com o aumento das receitas endógenas, a racionalização e contenção das despesas, a implementação de uma Agenda de infraestruturização com novos mecanismos

de financiamento e novas modalidades de gestão da dívida ou seja a conversão da dívida externa em investimento. Com o reforço do combate à corrupção, o aprimoramento da qualidade e da transparência das despesas públicas, bem como o controle. Realizando o Pilar social, e designadamente o ambicioso programa de proteção social e de desenvolvimento do capital humano.

O reforço da previsibilidade do País com a revisão que hoje se impõe do acordo de cooperação cambial, o reforço da regulação económica, as reformas jurídicas no âmbito do *doing business* e o alargamento dos acordos para evitar a dupla tributação e de proteção de investimentos e continuando a aprimorar a liberdade económica.

O PEDS II aprofunda a aposta na transformação de Cabo Verde num País Plataforma. Desenvolvendo o turismo sustentável com cerca 1,2 milhões de turistas e a diversificação pelas ilhas, bem como dos produtos, dos operadores e dos países emissores. A diversificação do turismo será facilitada pelo desenvolvimento dos transportes aéreos e em especial com a criação da Zona Especial de Economia Aérea. Desenvolvendo a plataforma marítima com a implementação do plano da ZEEMSV e especialmente o aumento e a diversificação do Investimento Direto Estrangeiro e o aumento do nível de realização dos projetos. Transformando Cabo Verde num hub digital, com grandes infraestruturas com os cabos submarinos e a implementação do Parque Tecnológico, da Zona Económica Especial para Tecnologias, tornando a internet num bem essencial, com a internacionalização e promoção das TIC Made-in-CV.

Desenvolvendo a indústria e o comércio para aumentar as exportações, aproveitando as vantagens e potencialidades por explorar, nomeadamente por ser beneficiário de um leque de acordos internacionais relevantes para as exportações, como o AGOA com os EUA, ou a integração regional na CEDEAO e em especial pelo grande leque de oportunidades proporcionadas pela nossa integração na ZLCCA. Realizando a plataforma financeira, criando oportunidades aos bancos internacionais e fundos para realizarem operações financeiras internacionais a partir de Cabo Verde, dando suporte às empresas que se localizarem em Cabo Verde e promover a exportação de serviços digitais, bem como conferir suporte ao relançamento da indústria visando sobretudo o aumento das exportações de bens.

Desenvolvendo a plataforma do desporto designadamente com a formalização, a qualificação e especialização dos recursos humanos, o investimento em infraestruturas certificadas, mas também e sobretudo promovendo grandes eventos desportivos internacionais. Tirando proveito de novas oportunidades que emergiram com a pandemia da covid-19, ou seja, a plataforma internacional de saúde incluindo a produção de vacinas para exportação e desenvolvimento da indústria de produção e manutenção de equipamentos de saúde, quanto o turismo de saúde.

1.5 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) tem tido um papel importante no crescimento da economia cabo-verdiana a partir da abertura económica no início da década de 90 do século passado. Cabo Verde tem feito, nos últimos anos, um esforço notável de atração de IDE, pela melhoria da eficiência e eficácia dos seus serviços de facilitação dos investidores através do Balcão Único do Investidor (BUI) gerido pela Cabo Verde Trade Invest em estreita ligação com várias estruturas do Estado, incluindo as Câmaras Municipais.

Fruto da melhoria do ambiente de negócios e das várias iniciativas legislativas visando tornar o país mais atrativo e competitivo, designadamente através da criação do Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde e de um pacote competitivo de benefícios fiscais, o país atingiu níveis recorde de projetos contratados nos últimos anos.

Até o início de 2020, o valor médio do pacote de novos projetos aprovados rondava os 300-400 milhões de euros. Como ilustra o Quadro N° 3 seguinte, durante o ano 2020 em vez de um arrefecimento da procura do país pelos investidores, o Governo de Cabo Verde aprovou um volume recorde, ou seja, 27 novos projetos, dos quais 4 em regime de Convenção de Estabelecimento, totalizando 1.244.333.816 de euros, passíveis de gerar 12.435 postos de trabalho no decorrer da implementação.

Seguindo essa tendência crescente, em 2021 foram aprovados 23 projetos num valor global de 1,75 mil milhões de euros, que perspetivam gerar 11.538 postos de trabalho. Esta tendência vem em contraciclo com as sucessivas crises que impactaram e

continuam a impactar de forma negativa a economia mundial, e que fizeram recuar muitos investimentos um pouco por todo o mundo. Para além dos elevados montantes de projetos contratados, verifica-se uma diversificação da origem, com investimentos significativos designadamente dos EUA, de África e de países europeus desenvolvidos como a Noruega.

Durante o Cabo Verde Investment Fórum (CVIF) realizado na ilha do Sal em junho de 2022 um montante de 4,5 milhões de euros em projetos estiveram em negociação com as 18 instituições financeiras presentes, das quais 11 estrangeiras e um número recorde 81 Promotores de projetos sendo 37 nacionais e 44 internacionais. Foram ainda assinados pelo Governo, 6 Convenções de Estabelecimento e um Contrato de Investimento, totalizando um valor recorde de 4 mil milhões de euros ante 1,5 mil milhões de euros do CVIF de 2019. Acrescem-se ainda projetos importantes como a concessão dos aeroportos à VINCI no valor de 928 milhões de euros de investimento acrescidos de 80 milhões de euros a título de taxa de concessão e projetos como o bunkering de LNG (liquified natural gas), no valor de 204 milhões de euros, cujo MoU foi assinado entre a ZEEMSV e os promotores de origem americana no Mindelo nos primeiros dias de junho de 2022. Perspetiva-se com a implementação das leis do Green Card e do Projeto de Mérito Diferenciado reforcem os fluxos de IDE, para além do investimento da diáspora e do próprio investimento endógeno.

A taxa de implementação de projetos aprovados em Cabo Verde é alta, pois em média, apenas 12,6% dos projetos ainda se encontram na fase de preparação e são sobretudo os de aprovação mais recente. Cerca de 20,8% estão em fase de obras, 52,4% já em exploração e apenas 14,2% não implementados.

Existem boas perspetivas e a dinâmica do investimento deve-se: à atitude business friendly do Governo; à melhoria considerável do ambiente de negócios; à melhoria da eficácia e eficiência da Administração Pública; à diversificação da economia e à mudança de paradigma no sector das viagens e turismo, o principal motor da economia nacional, com projetos maiores e mais complexos.

Apesar do turismo continuar a representar uma fatia considerável dos investimentos contratados, regista-se uma crescente diversificação da economia nacional, que começa dentro no sector das viagens e turismo.

Assim, de um turismo puramente hoteleiro, regista-se uma mudança de paradigma, para um turismo que se complementa com uma oferta de resorts de grande dimensão, o que sinaliza o amadurecimento do destino e o reforço da confiança dos investidores no país enquanto destino turístico e de investimento.

Os novos projetos significam uma clara diversificação e qualificação da oferta turística, com um impacto positivo em toda a economia, particularmente nos importantes sectores da imobiliária e construção civil com a geração de postos de trabalho qualificados.

Os novos projetos abrangem campos de golfe e investimento no turismo de saúde e bem-estar, irão atrair uma clientela com maior poder de compra – HNWI (High Net Worth Individuals) e UHNWI, que por sua vez traz um maior valor acrescentado na economia.

Na economia azul, investidores estrangeiros em parceria com nacionais estão a investir em projetos com tecnologia de ponta, como aquacultura de atum (NORTUNA), abastecimento de navios e armazenagem e distribuição de LNG (gás natural liquefeito), colocando Cabo Verde no grupo da frente da contribuição para a segurança alimentar global e da transição energética.

Projetos na náutica de recreio, com aposta na atração de iates e super iates, com a disponibilização de estaleiros que possam efetuar a manutenção e reparação dessas embarcações, bem como a atração de regatas internacionais como a Ocean Race irão colocar o país na rota de uma economia de alto valor acrescentado a que se junta o investimento em terminais de cruzeiros, com o do Porto Grande já em construção.

Na economia verde a aposta numa agricultura moderna baseada em água dessalinizada e utilização de energias renováveis começa a atrair investimento externo, como é o caso do projeto AQUASUN com investimento de mais de 80 milhões de euros nas ilhas de Santo Antão e Santiago.

O Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde começa a atrair a atenção de empresas globais e estima-se que nos próximos anos várias empresas sobretudo da área de prestação de serviços possam domiciliar-se no país. O mesmo espera-se no domínio da economia digital, com a finalização do Parque Tecnológico.



Outra tendência importante é o peso cada vez maior do investimento endógeno, incluindo da Diáspora como Brava o Destino no valor de 32 milhões de euros, Ocean Cliff Cidade Velha (228 milhões de euros, Riviera Mindelo (1,2 mil milhões de euros), são projetos de investimentos de grande porte de iniciativa 100% nacional. Está a ocorrer uma maior diversificação da origem dos investidores, como sejam os EUA, África e Europa de Leste.

Quadro Nº 1 - Projetos aprovados 2015 - 2021

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nº projectos	3	6	27	42	50	27	23	178
Investimento (Milhões de Euros)	259,9	327,3	597,6	199,1	467,7	1.244,3	1.755,3	4.851,2
Emprego	2.201	2.497	6.689	1.489	3.428	14.435	11.538	42.277

Fonte: Cabo Verde
TradeInvest.

1.6 DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA CABO-VERDIANA

As pequenas economias insulares tendem a concentrar-se num número muito limitado de atividades produtivas. É o caso de Cabo Verde onde o turismo é o setor líder, a maior âncora e o verdadeiro motor da economia com receitas que atingiram valor equivalente a cerca de 21% do PIB em 2019. Com a pandemia da Covid-19 a procura turística reduziu-se em cerca de 75% em 2020 e por consequência a economia conheceu uma recessão de 14,8% e a reprogramação das receitas em menos de 60 mil milhões de escudos entre 2020 a 2022. Foram destruídos cerca de 19.700 empregos, milhares de pessoas entraram na inatividade, a taxa de desemprego atingiu 14,5% e consequentemente ocorreu um aumento considerável da exclusão dos jovens, pois os NEET atingiram cerca de 77.500, ou seja, quase mais 20.000 do que no ano pré-crise.

Diversificar a economia cabo-verdiana é essencial para reduzir a vulnerabilidade e criar resiliência, requer a aceleração da transição energética e resulta do desenvolvimento da economia azul, da economia digital, da indústria, da transformação da agricultura e do aumento do valor acrescentado da indústria do turismo. O País está a empreender esforços importantes para a diversificação da economia designadamente:

1. Adoção de estratégias de longo prazo e priorização dos setores catalíticos

Em 2020 realizamos Cabo Verde Ambição 2030 e dotamo-nos de uma estratégia de longo prazo para a diversificação da economia cabo-verdiana. A diversificação económica deve ser vertical com a diversificação do turismo e horizontal com a dinamização das atividades industriais existentes, a integração do país em cadeias de valor globais e a promoção de novos setores da economia. Cabo Verde é 99% mar e assim elegemos a economia azul como segundo acelerador do desenvolvimento sustentável e no futuro o segundo maior setor exportador. Escolhemos a economia digital para ser, no futuro o terceiro maior setor exportador. Retomamos a aposta na indústria para aumentar a nossa capacidade exportadora e optamos pela transformação da agricultura para penetrar o mercado turístico, os nichos de exportação e melhorar a contribuição para a segurança alimentar, ou seja, uma agricultura competitiva capaz de atrair investimento privado.

2. Aceleração da transição energética

A redução da fatura energética é condição determinante para a redução dos custos dos fatores em toda a economia e para a promoção da competitividade. Por isso dotamo-nos de um Plano Diretor do Setor Elétrico e vamos acelerar a transição energética para atingir 35% de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis até 2026, ultrapassar os 50% em

2030 e alcançar 100% em 2040. Ambicionamos assim, com investimentos nas energias renováveis que poderão atingir cerca de 480 milhões de euros até 2030, construir um setor energético seguro, eficiente e sustentável, de modo a fazer avançar o país em direção a uma economia de baixo carbono, reforçando ao mesmo tempo a competitividade económica do país.

3. Melhoria do ambiente de negócios

O Investimento Direto Estrangeiro é crucial para a diversificação vertical e sobretudo para a diversificação horizontal da economia e requer previsibilidade, confiança e assim um bom ambiente de negócios. No âmbito do PEDS II, propomos melhorar consideravelmente o ambiente de negócios no país, com medidas de facilitação e agilização da criação de empresas, obtenção de licenças, obtenção de eletricidade, a melhoria de procedimentos, redução do tempo para registo de propriedade mas também melhorias profundas em matéria de gestão de terra e registo de propriedade imóvel bem como dos procedimentos de importação e exportação, da qualidade de processos judiciais e dos processos de insolvência nos tribunais. Em especial prevemos no horizonte 2026, captar/atrair 35% dos projetos aprovados em outros setores que não o turismo, reduzir o tempo médio de aprovação dos projetos para 30 dias, nos projetos de regime geral e, 45 dias, nos de regime de convenção de estabelecimentos e aumentar a taxa de implementação dos projetos aprovados, nos 3 anos subsequentes, para 70% nos projetos de regime geral e 60% nos projetos de regime de convenção de estabelecimentos

4. Investimento no desenvolvimento do capital humano

O Governo tem uma aposta essencial do desenvolvimento do capital humano que é eleito como sendo o primeiro acelerador do desenvolvimento sustentável, isto através da educação de excelência com uma aposta essencial na reforma do secundário e do ensino superior alinhado com as melhores práticas internacionais, do desenvolvimento da ciência que inclui a investigação, mas também da formação profissional de qualidade. Aprovamos a Estratégia Nacional de Promoção do Emprego Digno 2022-2026 e estamos a elaborar o Plano Estratégico da Formação Profissional, prevendo, até 2026 garantir o acesso a cerca de 60.000 jovens cabo-verdianos.

5. Aposta numa nova política industrial

Ciente de que a industrialização pode ser um dos principais impulsionadores do crescimento económico sustentável, o Governo considera estratégica a retoma da aposta na industrialização de Cabo Verde como dimensão essencial do novo modelo de crescimento económico, para aumentar a capacidade exportadora. Cabo Verde possui vantagens e potencialidades por explorar, nomeadamente por ser beneficiário de um leque de acordos internacionais relevantes para as exportações, como o AGOA com os EUA, ou a integração regional na CEDEAO e em especial pelo grande leque de oportunidades proporcionadas pela nossa integração na ZLCCA. Propomos desenvolver um sector industrial competitivo e inovador, integrado nas cadeias de valor regionais e globais e para tanto promover condições para acelerar o desenvolvimento industrial, através da implementação de um ecossistema favorável à consolidação e expansão da base produtiva existente e atracção de investimento direto estrangeiro no sector, induzindo uma mudança estrutural com foco na exportação, com tecnologias de ponta e empregos altamente qualificados.

6. Reforma do Setor Empresarial do Estado

Estamos a empreender uma profunda reforma do Setor Empresarial do Estado e temos assim uma nova agenda de privatizações, concessões e parcerias público-privada que deverá contribuir para a recuperação económica mas também para a diversificação da economia cabo-verdiana.

7. Reforço da Regulação

O Governo está ciente de que a regulação tem um papel importante a desempenhar na criação de um contexto de previsibilidade, de transparência e de confiança duradoira, essenciais para o investimento e os negócios e que o âmbito material e a complexidade da regulação vão crescer com as concessões para a promoção de setores catalíticos, a nova agenda de privatizações, parcerias público-privadas, concessões e licenciamentos, o desenvolvimento empresarial, a implementação das Zonas Económicas Especiais, a aceleração da transição energética e o desenvolvimento da economia digital. O Governo está a concluir a reformulação do Regime Jurídico das Entidades Re-

guladoras Independentes, à qual se seguirá o processo de Avaliação do Impacto das Decisões Regulatórias, com base num conjunto de indicadores e procedimentos universalmente consagrados.

8. Criação de Zonas Económicas Especiais

As Zonas Económicas Especiais, constituem um modelo económico utilizado com sucesso em outros países, que fornece novas estratégias de desenvolvimento, para o aproveitamento das potencialidades do país, para a diversificação da economia, a promoção do seu desenvolvimento, com a integração das fileiras de produção, a promoção da exportação e criação de empregos, promovendo a eficiência, a desburocratização e criando um ambiente competitivo e facilitador de negócios. Criamos a Zona Economia Especial Marítima em São Vicente, a Zona Económica Especial da Ilha do Maio, a Zona Económica Especial de Tecnologias, e vamos a criar a Zona Especial de Economia Aérea e a Zona Económica Especial da Vulcanologia do Fogo.

1.6.1 TURISMO SUSTENTÁVEL

Em Cabo Verde o setor de turismo cresceu de 2016 a 2019 a uma taxa média de cerca 7%, tendo no ano 2019 ultrapassado a fasquia de 800 mil turistas anuais e assistimos paralelamente a um crescimento da oferta turística, em particular na Ilha de Santo Antão, que em virtude da implementação do projeto raízes e mapeamento e sinalização de trilhas, tornou-se na ilha com maior número de estabelecimentos de alojamento e foi a ilha que proporcionalmente mais cresceu em termos de procura entre 2016 e 2019. Consequentemente, a contribuição direta do turismo para o PIB atingiu 25,6% em 2019.

Não obstante estes avanços. o turismo permaneceu ainda muito concentrado nas duas principais ilhas, ou seja, no Sal e na Boa Vista com mais de 80 % da procura turística do país e cerca 90% da capacidade de alojamento. Existe um imenso potencial de recursos patrimoniais naturais e culturais que precisam ser integrados na oferta turística nacional. No entanto persiste uma excessiva dependência de determinados mercados emissores, sobretudo a Europa, e de um número reduzido de operadores turísticos. Além do mais, existem impactos económicos, sociais e ambientais visíveis no destino, com especial ênfase para o deficit habitacional nas ilhas mais turísticas do país, inflação, especulação imobiliária e alguns fenómenos sociais indesejáveis.

Com a pandemia da Covid-19 a procura turística retraiu cerca de 75% e teve obviamente efeitos a nível da oferta turística, com encerramento de vários estabelecimentos de alojamento, agências de viagens e os guias turísticos ficaram em situação fragilizada. A retoma do turismo está no centro das prioridades para o relançamento económico e do emprego, por ser o setor mais afetado pela pandemia.

No domínio do turismo, ambicionamos, no horizonte 2030 um «Turismo sustentável que valoriza os recursos naturais e humanos do País e contribua para o bem-estar dos cabo-verdianos, em todas as ilhas e municípios do País, em benefício das gerações presentes e futuras e que propicia e promova experiências positivas para os visitantes».

Assim, até 2030 perspetiva-se alcançar os seguintes objetivos estratégicos no Turismo:

1. A desconcentração do turismo para todos os Municípios Cabo-verdianos, estará garantida a produção de produtos turísticos competitivos, ou seja, que confirmem experiências positivas e únicas aos visitantes, sustentáveis no presente e no futuro ou seja que acrescente valor social, económico e não cause danos ao ambiente e que maximize o impacto positivo ou seja confira bem-estar aos cabo-verdianos.
2. Melhorar a competitividade do destino, colocando Cabo Verde no Top 50 do ranking competitividade turística até 2026.
3. Maximizar os impactos socioeconómicos do turismo na população, atingir um IDH acima dos 0.750 pontos e integrar os 100 melhores neste ranking até 2026. O turismo deverá contribuir para a redução da pobreza em Cabo Verde. Aumentar contribuição do turismo para o PIB, de 25% em 2021 para 32% até 2026.
4. Desenvolver a cadeia de valor, aumentando as despesas realizadas no destino de 16,7% em 2019 para 26% em 2026 contribuindo para elevar a contribuição do setor primário e secundário para o PIB.
5. Aumentar a procura turística do país e de forma mais desconcentrada pelas ilhas atingindo 1,26 milhões de turistas até 2026 e elevar para 40%, a proporção de entradas de turistas em ilhas que não Sal e BV (Gráfico N° 7).

6. Reduzir a dependência dos principais mercados emissores e operadoras turísticas e para tanto até 2026, diminuir a proporção dos 3 mercados emissores principais para 44% e para 81,4% as chegadas provenientes de operadores turísticos.

7. Melhorar os índices de Sustentabilidade do turismo e assim até 2026, reduzir o Índice Saturação turística no Sal e Boavista para 9,5% e aumentar o de Santiago para 0,6% e nas restantes Ilhas para 1,7.

8. A nível da sustentabilidade mitigar a pegada negativa do turismo, em especial nas ilhas balneares, ou seja, no Sal e na Boa Vista;

9. Velar para que na ilha do Maio se instaure um paradigma de alta gama, que possa servir de modelo a uma futura remodelação do turismo em curso nas ilhas do Sal e da Boa Vista;

10. Garantir que, até 2030, o turismo contribua para que Cabo Verde cumpra os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

O Programa do Governo elege o turismo como setor estratégico da economia cabo-verdiana, o que é absolutamente consistente com a natureza do País, um arquipélago de características únicas, com excelentes condições para o turismo diversificado e diferenciado.

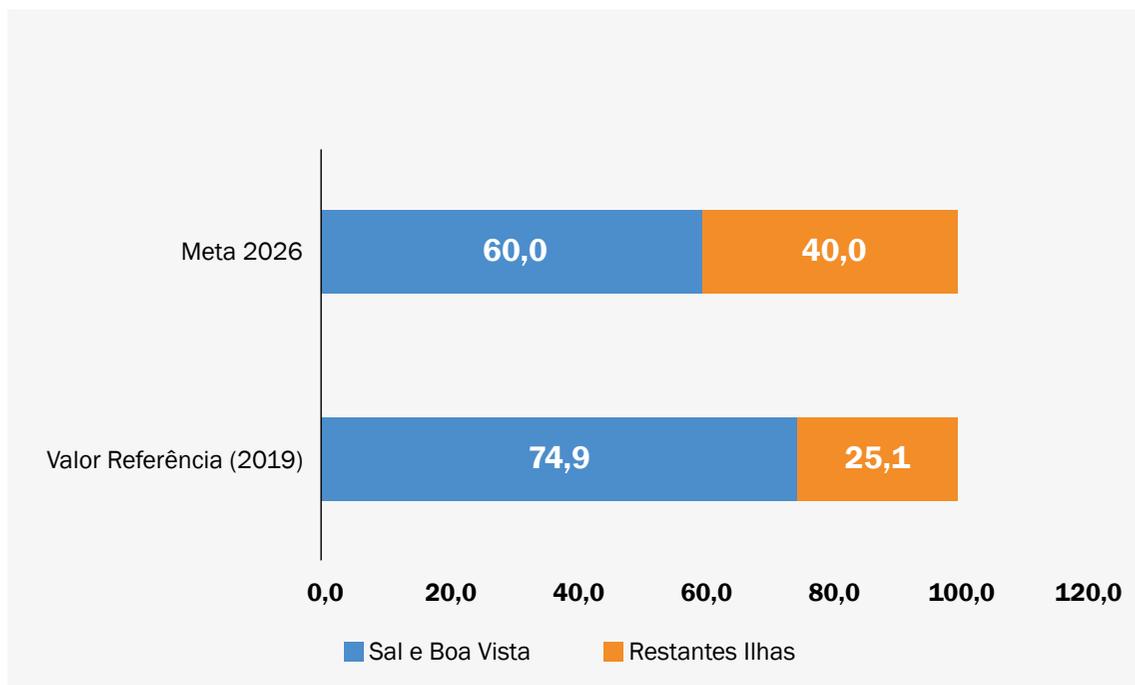
Do turismo, enquanto setor estratégico da economia, muito se espera, ou seja, uma expressiva contribuição: para o equilíbrio das contas públicas; para a redução da taxa de desemprego e a consequente redução da pobreza absoluta e em especial da pobreza extrema; para a melhoria, das condições ambientais, de saúde, de educação e de segurança; e para a melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos, de um modo geral e ainda, uma forte contribuição para a redução das assimetrias regionais.

Assim, estando-se no início de uma nova legislatura, tornou-se indispensável a estruturação de um novo instrumento programático para o turismo que enquadre as principais opções do Governo plasmadas no Programa do Governo e nos documentos que suportam a nova visão para o setor. O POT - Programa Operacional do Turismo (2022-2026) que é o plano setorial do turismo para esta legislatura é um instrumento que se baseia num modelo de crescimento de turismo ancorado na sustentabilidade, preservação dos recursos naturais, culturais, patrimoniais e humanos do país. O POT incorpora na sua estrutura, preocupações com as 3 vertentes da sustentabilidade: social, ambiental e económica, num subprograma específico. Este subprograma que visa responder os desafios na área ambiental, económica e social provocadas pelos impactos das atividades turísticas. A nível da sustentabilidade ambiental, pretende-se regular as intervenções das empresas do setor com vista a garantir o uso e fruição sustentável do património natural e cultural e garantir a sua preservação para as gerações futuras.

A nível económico uma das principais prioridades é apoiar as empresas do setor a sair da conjuntura difícil criada pela pandemia da Covid-19 e integração de iniciativas empresariais nacionais na Cadeia de Valor do Turismo.

A nível social criar condições para dinamizar a procura turística interna, e esta iniciativa envolve também a componente social a que se acrescem iniciativas de responsabilização social das empresas do setor, que deverão contribuir para debelar os deficits existentes por exemplo a nível da habitação e em outras áreas, a melhoria das condições e equipamentos de saúde e integra ainda um Plano de integração da perspetiva do género no turismo. Acredita-se que esta estratégia irá promover um modelo de crescimento que gere valor não só para os turistas, mas também para o ambiente natural e cultural, comunidade local e empresas.

Gráfico nº2 - Diversificação do turismo. Procura turística no Sal e Boa Vista e restantes ilhas



1.6.2 ECONOMIA AZUL

Com uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de cerca de 740.000 Km², o mar representa 99% do nosso território, é assim a nossa maior riqueza e constitui uma importante fonte de alimentação para a população, de empregos para cerca de 11.000 mil pessoas e assim de receita para milhares de famílias. Sendo um recurso estratégico para o desenvolvimento, Cabo Verde Ambição 2030 propõe uma estratégia para a mudança de paradigma com relação ao «mar» de maneira a transformá-lo numa das principais âncoras do desenvolvimento, da diversificação e da especialização da economia cabo-verdiana.

A gestão da Zona Económica Exclusiva (ZEE) é feita através de abordagens ecossistémicas, mas prevalece em Cabo Verde o sistema clássico de avaliação dos recursos marinhos. As autoridades cabo-verdianas valorizam o capital natural azul do país, sendo premente a promoção e requalificação ambiental controlando as fontes de poluição das zonas costeiras e meio marinho e ordenando a faixa litoral de forma a minimizar a sua artificialização e as pressões sobre as zonas costeiras e áreas protegidas. A eutrofização das águas é bastante localizada em Cabo Verde nalgumas baías, com pouca expressão do ponto de vista ambiental. A acidez média da água marinha é de (pH 8-8.3), coincide com a média geral dos oceanos e as autoridades cabo-verdianas não têm registado ou medido nenhum evento ácido na nossa Zona Económica Exclusiva.

A atividade pesqueira é controlada do ponto de vista das zonas de pesca assim como das capturas efetuadas através das emissões via satélite pelo Vessel Monitoring System (VMS). A gestão é feita por espécies ou por grupos de espécies, sendo os mesmos considerados stocks únicos para todo o território. Por estar numa zona de pouca produtividade primária, possui um modesto potencial dos recursos pesqueiros, porém tem uma diversidade específica grande que permite gerir e criar riqueza pela qualidade dos seus recursos em relação a quantidade que é escassa. Os recursos da pesca estão geridos dentro dos limites de sustentabilidade através de um controlo feito por pontos de referências biológicas.

Segundo o Censo da Pesca, em 2021, o setor das pescas conta com 1.434 embarcações artesanais das quais 1.018 ou seja 77 em cada 100 tem motor, operadas por 3.215 pescadores artesanais. O País conta com 127 embarcações semi-industriais/industriais das quais 72 ativas e 972 operadores.

O setor contava ainda com 1.403 armadores de pesca, 1.881 vendedores de pescado e 135 tratadores de pescado. Os pescadores artesanais têm, em média 40 anos e são quase exclusivamente (99,8%) homens enquanto que os vendedores têm em média 42 anos e são predominantemente (86,2%) mulheres. O País conta ainda com uma rede de infraestruturas e servi-

ços dos quais 5 cais de pesca, 10 desembarcadouros, 17 oficinas navais e 2 estaleiros navais, 16 plataformas de frio/máquinas de gelo e 15 lojas de venda de materiais de pesca. As pescas realizam cerca 0,66% do PIB (2020) e esta atividade vem sendo altamente afetada pela sobrepesca e pelo impacto das mudanças climáticas, uma vez que os recursos haliêuticos nem sempre conseguirão adaptar-se a essas alterações no oceano, trazendo vários efeitos negativos, incluindo a perda de pescarias tradicionais, a diminuição de receitas e de empregos.

Em 2021, os portos de Cabo Verde movimentaram 6.801 navios, sendo 1.119 navios de longo curso, e 5.682 navios de cabotagem, 2.347.887 toneladas de mercadorias. Cerca de 1.088.882 passageiros atravessaram os portos do país e de 2019 a 2021, foram reparados, no principal estaleiro naval do país, 183 navios, representando uma média anual de 61 navios.

O bunkering, ou seja, o fornecimento de combustível para uso em navios é realizado no Porto Grande por duas empresas privadas. Um outro segmento de negócio é o bunkering com gás natural liquefeito, cuja viabilidade deve ser analisada, tendo em conta a transição energética. O Ship Chandler, pode também ser considerado como atividade do ramo da logística, serviço esse prestado por algumas empresas, ainda em fase de desenvolvimento.

Cabo Verde tem um grande potencial para o turismo e desporto náuticos, tendo em conta a sua posição geográfica, as condições do mar e poderá contribuir para a diversificação da oferta turística e a criação de emprego digno.

Segundo dados da Agência Nacional de Água Saneamento (ANAS), de 2014 a junho de 2019 foram produzidas 52.662 toneladas de água dessalinizada nas Ilhas de São Vicente, Santo Antão, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago e Brava com predominância das Ilhas de São Vicente e Santiago com 10.564 e 25.192 toneladas respetivamente.

Em Cabo Verde as áreas marinhas protegidas totalizam 149.598,95 ha ou seja 1.495,99 km, o equivalente a 6,7% do mar territorial. O País tem um percurso positivo em matéria de investigação e em 2020, as despesas públicas com a investigação no domínio das tecnologias marítimas representaram cerca de 23,6% das despesas públicas com a investigação.

Cabo Verde desenvolveu e aprovou os instrumentos de governação para a transição da economia marítima para a economia azul, ou seja, a Carta de Política para Economia Azul, o Quadro Estratégico Unificado Economia Azul, o Plano Nacional para Economia Azul e o Programa de Promoção Economia Azul.

O Governo de Cabo Verde está a implementar o Campus do Mar que é um instrumento de educação e investigação e culturas azuis, consistente com a ambição de tornar Cabo Verde numa nação marítima.

O Campus do Mar está estruturado em três pilares, ou seja, o ensino superior, a investigação e a formação técnico-profissional, e foram criadas, respetivamente, três entidades para operacionalizar os mesmos, a saber: a Universidade Técnica do Atlântico (UTA), o Instituto do Mar (IMAR) e a Escola do Mar (EMAR).

A Zona Económica Especial Marítima em São Vicente (ZEEMSV) é o principal pilar da estratégia de transição para a economia azul, inclui o desenvolvimento portuário, das pescas e da reparação e construção navais. Deverá contribuir de forma expressiva para o desenvolvimento das economias das ilhas da zona norte, mas também induzirá dinâmicas para o resto do País.

Cabo Verde Ambição 2030 estabelece a estratégia para o desenvolvimento da economia azul no horizonte 2030 ou seja para uma mudança de paradigma em relação ao mar, que é um recurso estratégico para Cabo Verde, no sentido de assumir na plenitude a sua condição de nação marítima e de ser ousada e ambiciosa em relação ao mar.

Realizar a transição para a economia azul pressupõe enfrentar e vencer grandes desafios e merecem realce: a mudança de comportamento dos utilizadores e das populações das zonas costeiras para a redução de práticas que podem afetar os ecossistemas marinhos e terrestres; um sistema de transportes marítimos interilhas moderno, eficiente com interface direto entre transporte marítimo, terrestre e aéreo constitui um outro desafio a enfrentar e vencer neste ciclo. No domínio das pescas, são desafios maiores, o desenvolvimento da cadeia de valor, melhor conhecimento e exploração do potencial dos recursos, o aumento da produtividade com adoção de métodos de captura modernos, o reforço da capacidade nacional de pesca na ZEE de Cabo Verde e internacional, o combate à pesca ilegal não declarada e não regulamentada e a redução dos desperdícios pós-captura.

O desenvolvimento do bunkering enfrenta grandes desafios; de escala, o que exige investimentos para aumentar a capacidade de armazenamento visando a prática de preços mais competitivos; a falta de infraestruturas portuárias mais adequadas para facilitar a logística, o armazenamento e as manobras dos navios e abastecimento on-shore e off-shore; a instalação de depósitos flutuantes na Baía do Mindelo; a burocracia, a morosidade; a adaptação da legislação e da política fiscal, ou seja, a concessão de incentivos fiscais aos operadores e a diversificação da oferta; a necessidade de estudar de forma prospetiva o mercado e aprofundar o conhecimento sobre o tráfego de navios na região e suas necessidades, bem como de agregar valor aos serviços prestados.

No domínio do Ship Chandler, os desafios prendem-se com a melhoria da qualidade, eficiência, redes internacionais de contatos, preços mais competitivos e necessidade de infraestruturas auxiliares.

No âmbito do Centro Internacional de Negócios e no referente ao registo de navios o desafio principal prende-se com a necessidade de atualizar e modernizar o sistema legal de registo de navios, tornando-o mais competitivo, mais eficiente e em conformidade com os padrões internacionais, conhecer melhor o negócio de registo de navios e as oportunidades que oferece.

Ambicionamos, no horizonte 2030, transformar Cabo Verde numa plataforma marítima e logística internacional e num país globalmente inserido na economia regional e mundial. Uma economia azul inclusiva e sustentável, enquanto importante acelerador do crescimento económico e catalisadora de maior resiliência económica, mais emprego e mais bem-estar para as populações.

Cabo Verde alinha-se com a iniciativa de crescimento azul (CA) da FAO e ainda com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 14 (ODS 14) que visa «conservar e explorar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos visando o desenvolvimento sustentável» e com demais ODS centrados na pobreza e na alimentação, particularmente com o ODS1, ODS2, e o ODS6.

Para a materialização desta visão, será no decurso do ciclo do PEDS II operacionalizada a governança e a carta de política para a Economia Azul aprovada em 2020 e implementado o Plano da ZEEMSV e em específico os projetos estratégicos previstos para o período 2022-2026. Assim, prioriza-se a elaboração do Master

Plan e Round Map da ZEEMSV, os estudos de viabilidade técnica para construção do porto de Saragarça bem como os estudos de viabilidade técnica, económica e de mercado dos projetos em Saragarça, a mobilização de parcerias para a materialização, como trabalhos de planeamento urbanístico.

Neste ciclo de planeamento:

Serão concluídas as obras do Terminal Cruzeiros de São Vicente que entrará em operação, colocando Cabo Verde na rota dos cruzeiros, através de uma promoção contínua do corredor Atlântico da região da Macaronésia e da West África, com mais e melhores infraestruturas portuárias, bem como a oferta de um produto turístico de excelência. Por esta via o turismo de cruzeiros reforçará a sua contribuição para o desenvolvimento turístico do país, e em particular de S. Vicente e Santo Antão, estimulará as economias locais, proporcionará mais negócios e empregos com o reordenamento do espaço urbano-portuário. O desenvolvimento do turismo de cruzeiros qualificará e reforçará a competitividade da oferta com sustentabilidade ambiental e valorizará a exuberância urbanística da Ilha de São Vicente.

Será desenvolvido o Sistema de transporte marítimo inter-lhas que reforçará a conectividade interna e a integração do mercado nacional e implementado o Registo internacional navios. Prioriza-se ainda a reestruturação e remodelação da CABNAVE, a implementação da agenda de investigação tecnológica no domínio das pescas e do sistema de lotas nos cais de pesca. Serão desenvolvidas parcerias público-privadas para a efetivação dos projetos transformadores da ZEEMSV e a implementação do Plano de Investimentos na economia azul.

No sentido de combater o crime marítimo entre os quais a pesca ilegal, uma das principais ameaças à exploração sustentável dos recursos marinhos, Cabo Verde deverá reforçar a sua participação e tirar devido proveito dos acordos, das principais convenções internacionais e das organizações regionais e internacionais nesse domínio.

Em 2026 o Terminal de Cruzeiros de São Vicente estará em plena operação, movimentando dezenas de milhares de turistas, mas o turismo de cruzeiros estará também em desenvolvimento nas outras ilhas.

Estaremos em plena transição para a economia azul integrando o desenvolvimento dos portos, dos transportes marítimos e logística, das pescas, do turismo

marítimo e dos desportos náuticos, do bunkering, o registo internacional de navios e outros serviços marítimos, da reparação e construção navais, da proteção ambiental e do ecossistema marinho, do ordenamento do território costeiro e marinho. A educação e investigação marítimas estarão em afirmação com o desenvolvimento de todas as valências do Campus do Mar. As pescas e a aquacultura, a transformação do pescado e o transbordo estarão modernizados, formalizados e seguros e assim ganhando sustentabilidade.

Estará realizada a transição da pesca artesanal para pesca azul com o empoderamento, organização, maior segurança, o associativismo, a empresarialização, o financiamento adequado, infraestruturas portuárias e de desembarque e sistemas modernos de comercialização.

Em 2026, estará sendo garantida uma gestão sustentável dos recursos com o planeamento da orla costeira e marítima, a monitorização reforçada da Zona Económica Exclusiva, o combate à poluição do mar e à pesca ilegal não-declarada e não regulamentada.

1.6.3 ECONOMIA DIGITAL

A transformação digital foi assumida no Programa do Governo da IX Legislatura e operacionalizada pelo PEDS 2017-2021, através do Programa «Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação». É absolutamente necessário aproveitar as oportunidades da Transformação Digital para tornar o mundo mais inclusivo e garantir a equidade na partilha das riquezas. Com uma taxa de penetração de internet de cerca de 85%, as forças de Cabo Verde no setor das Telecomunicações residem no nível de preparo das suas populações para o acesso à Internet, na relativa estabilidade no fornecimento da eletricidade, nos níveis de literacia da população e no facto de já existirem conteúdos digitais. Estes dividendos permitem almejar o salto para uma economia digital. O processo de transformação digital do país enfrenta desafios plenamente assumidos na Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde 2030.

O desafio da cibersegurança

É perceptível que Cabo Verde deve investir na criação de um ecossistema à altura das ambições digitais, de forma a viabilizar o tráfego de conteúdos sensíveis na sua infraestrutura. Neste quesito o Governo deverá introduzir soluções para que o país dê saltos qualitativos.

O desafio da infraestruturação tecnológica

Para relevar os desafios da conectividade, Cabo Verde tem de posicionar-se como plataforma internacional e fornecedor de serviços digitais com a intenção de assumir o papel de «hub digital» e «porta de entrada para a África Ocidental», tirando partido da estabilidade política e social, do Estado de direito, da conectividade digital internacional, das infraestruturas tecnológicas e de telecomunicações e das capacidades digitais.

O desafio da eficiência e autonomia energética

A universalidade do acesso e a alta disponibilidade da conectividade a custos económicos competitivos, pressupõe, uma reforma energética do país como fator determinante na transformação digital da nossa economia.

O desafio da capacitação, investigação e inovação tecnológica

Academia e os Centros de Competência devem continuar a ser reforçados para que a investigação científica e em geral a produção de conhecimento ganhe prioridade e foco nas áreas estratégicas do País. Apesar de termos um forte potencial interno, especial atenção deverá ser dada à Diáspora Cabo-verdiana, cujos talentos podem ser canalizados para reforçar as competências internas.

O desafio do sector privado - A transformação digital das empresas

Com a abordagem de um novo mercado digital, é importante entender o comportamento do consumidor. A transformação digital não é apenas sobre tecnologia, mas também sobre como uma empresa pode competir melhor utilizando a tecnologia. Para que a transformação seja bem-sucedida, as empresas necessitam de orquestrar uma sintonia perfeita dos agentes que compõem o ecossistema: os clientes, a concorrência e o Estado.

O desafio do mercado digital

O Continente Africano está numa fase de enorme expansão, com uma população muito jovem, aberta à inovação e com uma vontade de valorizar o seu próprio

continente. Estamos perante uma oportunidade única de Cabo Verde se posicionar como um forte provedor de produtos e serviços para o continente Africano, tirando proveito de pertencer ao continente e ter uma credibilidade fortíssima no contexto Africano, como no contexto Internacional.

Os níveis de infraestruturização do País contribuíram fortemente para termos das mais altas taxas de penetração de Internet no continente Africano.

O ciclo do PEDS II deverá ser marcado por grandes realizações como:

Grandes infraestruturas – cabos submarinos e Tech Park

Em termos de infraestruturas e conectividade, Cabo Verde pretende concretizar o desígnio hub digital, que deverá dar corpo ao objetivo de ser um Gateway-to-Africa. Prevê-se a expansão da infraestrutura de conectividade ancorada em cabos submarinos modernos e eficientes capazes de dar respostas às exigências do país no que tange à plataforma de fornecimento de serviços digitais.

Zona Económica Especial para Tecnologias

Com vista a maximizar o objetivo de atrair investimento direto estrangeiro para acelerar negócios no setor da Economia Digital em Cabo Verde, e ainda com a ambição de transformar o arquipélago numa plataforma digital, o Governo criou e regulamentou a Zona Económica Especial para Tecnologias e definiu as regras de instalação e de funcionamento dos operadores económicos a instalar na zona e o respetivo regime fiscal e aduaneiro.

A internet como bem-essencial

A inclusão digital é tida como essencial para o acesso à informação e ao conhecimento, motivo pelo qual a internet de banda larga foi definida como um bem essencial, devendo ser substancialmente melhorado o nível de cobertura e de penetração deste serviço.

O Governo irá instituir a Internet como bem essencial com a aprovação do diploma que visa, assim, a fixação deste regime através de um processo automático, simples e acessível ao cidadão, que garanta a universalidade de acesso ao serviço de internet de banda larga e a alta disponibilidade da conectividade.

A internacionalização e promoção das TIC Made-in-CV

Com vista a internacionalizar e promover as TIC's Made in CV, de forma a fomentar o pilar de prestação de serviços digitais, o Governo tem apostado em programas que permitem a imersão, visibilidade e captação de financiamento e/ou cofinanciar iniciativas conducentes ao aumento de exportação de bens e serviços transacionáveis.

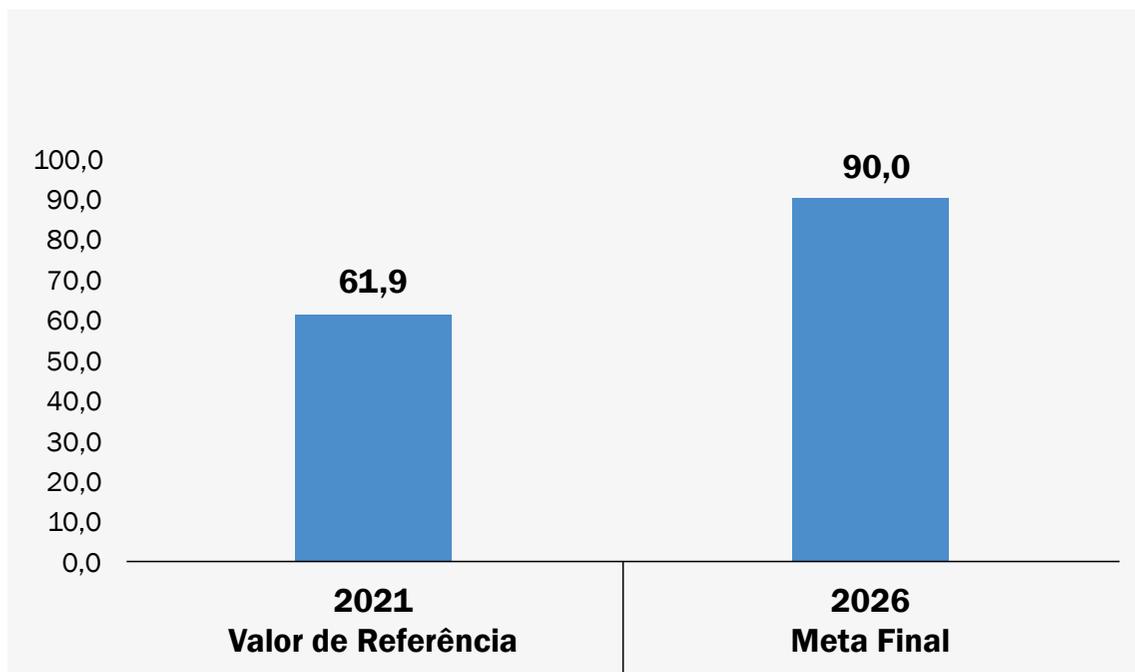
Incluem-se neste âmbito as participações em feiras, exposições e eventos similares, missões de estudo e de prospeção de parceiros, compradores e fornecedores, entre outros, de forma a viabilizar os recursos e maximizar as sinergias.

Ambicionamos no horizonte 2030 fazer de Cabo Verde, através da transformação da Economia Digital, uma economia transformada e digitalizada, um hub regional das telecomunicações, um centro regional da inovação, do empreendedorismo e da excelência e um mercado regional de referência da economia digital.

A implementação de uma economia digital num modelo «whole nation», implica uma mudança acelerada do «status quo» da nossa sociedade, pois o modelo vigente é essencialmente «analógico», em que as relações entre cidadãos, empresas e setor público estão assentes no presencial e no papel.

A construção de uma Nação Inteligente numa década, implica uma abertura e disponibilidade para desconstruir velhos hábitos e paradigmas e construir novos conceitos e modelos. Uma economia transformada e digitalizada é uma economia preparada para enfrentar os desafios e ameaças globais. A digitalização da economia é um fator de competitividade global.

Gráfico nº3. População de 10 anos ou mais que utilizou a internet nos últimos 3 meses (%). INE e MED



1.6.4 INDÚSTRIA

Nos últimos 5 anos foram realizadas reformas e investimentos que melhoraram as condições da atividade industrial como a atualização do Sistema IGRP-Licenciamento Industrial, tornando mais eficiente os processos de registo no cadastro e de autorização da importação industrial, a revisão e atualização do diploma que criou o Centro Internacional de Negócios (CIN), introduzindo uma nova dinâmica no processo de promoção de exportações, em que se enquadra o conceito de Zona Industrial e Logística.

Cabo Verde é, por excelência, uma economia de serviços, pelo que o peso das indústrias extrativas e transformadoras é pouco expressivo. Em 2021, geravam cerca de 9,0% e cerca de 8,8% do total dos empregos e com um VAB per capita de cerca de 988.138 CVE.

A industrialização pode ser um dos principais impulsionadores do crescimento económico sustentável e é estratégica a retoma da aposta na industrialização de Cabo Verde como dimensão essencial do novo modelo de crescimento económico, para aumentar a capacidade exportadora. Cabo Verde possui vantagens e potencialidades por explorar, nomeadamente por ser beneficiário de um leque de acordos internacionais relevantes para as exportações, como o AGOA com os EUA, o Sistema de Preferências Generalizadas (UE), SPG+ ou a integração regional na CEDEAO e em espe-

cial pelo grande leque de oportunidades proporcionadas pela nossa integração na ZLCCA.

O setor industrial enfrenta desafios importantes relacionados com o acesso ao financiamento, a qualificação e especialização dos recursos humanos, a logística de transporte, as infraestruturas, o nível tecnológico, a gestão da qualidade e da inovação para além de constrangimentos institucionais.

Ambicionamos no horizonte 2030, um sector industrial competitivo e inovador, integrado nas cadeias de valor regionais e globais.

O PEDS II promoverá condições para acelerar o desenvolvimento industrial, através da implementação de um ecossistema favorável à consolidação e expansão da base produtiva existente e atracção de investimento direto estrangeiro no sector, induzindo uma mudança estrutural com foco na exportação, com tecnologias de ponta e empregos altamente qualificados. **Assim, no decurso deste ciclo de planeamento ocorrerão importantes realizações como:**

O apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, para dotar Cabo Verde dos meios para acompanhar os novos métodos e processos industriais, nomeadamente aqueles introduzidos pelo conceito da Indústria 4.0.

A revisão do Código da Propriedade Industrial, em curso, com vista a alinhar a legislação nacional ao ordenamento jurídico regional e internacional em matéria de direitos da Propriedade Industrial.

O reforço do investimento na formação e qualificação profissionais orientadas para melhoria da competitividade do sector industrial.

A intensificação da implementação do Programa de Eficiência Energética nas Unidades Industriais, nomeadamente a produção fotovoltaica para autoconsumo conectada na rede.

O incentivo e criação de condições para o desenvolvimento da indústria extrativa como a industria de pedra e brita, do sal, da pozolana e a mineração do solo submarino.

O reforço da aposta na Indústria Transformadora e exploração de oportunidades em sectores como têxteis e confeções e calçado e alimentar.

A promoção do IDE e melhoria das condições de acesso ao financiamento e reforço do empreendedorismo na indústria.

O apoio às indústrias existentes para elevar a produtividade, a modernização e o desenvolvimento de novos e a aposta em sectores inovadores.

A promoção da qualidade dos produtos e dos processos e a melhoria do nível tecnológico da indústria.

O desenvolvimento de programas de incubação de empresas.

A aposta nas infraestruturas para a industria, na promoção de Zonas Económicas Especiais e de Parques Industriais.

A modernização e o reforço das infraestruturas para melhorar a produtividade e reduzir os custos de produção.

O desenvolvimento do capital humano, a inovação e o desenvolvimento tecnológico através de investigação para a geração de vantagens competitivas, o aumento da produtividade e a geração de fatores de diferenciação nos mercados.

O PEDS II promoverá condições para uma indústria sustentável e inclusiva com reciclagem e reutilização

dos resíduos industriais, com redução ou absorção de gases e efeito de estufa e atenda às normas para a certificação, promova a utilização de energias renováveis. O PEDS II prooverá a implementação do Acordo sobre a ZCLCA.

Em 2026, Cabo Verde terá aumentado para pelo menos 13% a contribuição da indústria extrativa e transformadora para o PIB e para 2,5% a taxa de contribuição dos setores de media e alta tecnologia na composição do Valor Acrescentado Manufaturado (VAM) e em pelo menos 40%, as exportações de produtos industrializados.

1.6.5 ENERGIA

O País tem feito progressos assinaláveis no domínio da energia. Está praticamente generalizado o acesso da população à energia elétrica pois, segundo o Censo 2021, cerca de 89,5% dos agregados familiares tem energia eléctrica, e principalmente (98,1%) da rede público e pretendemos alcançar bem antes de 2030, a meta do ODS 7 ou seja 100% de acesso. Cerca de 16 mil famílias pobres já beneficiam hoje da tarifa social de energia elétrica e o programa «consumo digno de energia elétrica» implementado em 2021 reduziu drasticamente a exclusão energética favorecendo a racionalização do consumo de energia o combate às perdas comerciais e técnicas.

Ao nível da qualidade de serviços registaram-se progressos importantes, com a redução da frequência e do tempo medio de interrupção, aumentando a eficiência na operação dos serviços de energia elétrica com a redução das perdas.

A produção de energias renováveis tem registado progressos importantes atingindo cerca de 18,3% da produção total de energia elétrica, e 19,6% em 2021. A eficiência energética, medida em termos de intensidade energética do PIB atingiu 1,45 tep/milhões em 2021 e o Índice da dependência energética reduziu-se para 90% em 2021.

Segundo o Censo 2021, a grande maioria (78,5%) tem o gás como principal fonte de energia para cozinhar, ou seja, tinha acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas. Cabo Verde é um país com escassez de chuvas, com uma cobertura florestal muito reduzida. Em muitas zonas rurais e periurbanas, a lenha é ainda o primeiro recurso energético, na preparação dos alimentos, isto, não obstante o limitado potencial de energia lenhosa.

O País regista progressos importantes na execução do programa nacional para a sustentabilidade energética em todos os eixos estratégicos definidos:

No desenvolvimento das energias renováveis em termos de IPPs com cerca de 40 MWs de nova capacidade solar e eólica em diferentes fases de implementação a concluir no período 2022/23, cerca de 6 MW de geração distribuída instaladas nos últimos 5 anos, já foram emitidas licenças para mais de 3 MW de autoprodução iniciativa de unidades hoteleiras e indústrias.

No que concerne o armazenamento de energia, o primeiro MW de baterias de lítio esta em funcionamento desde agosto do corrente ano e durante este semestre serão lançados mais dois concursos para S. Vicente e Boavista de cerca de 5 MW/5 MWh. O Projeto estruturante do central de bombagem hídrica de Santiago (20 MW/160MWh) registou progressos importantes com a realização de estudos robustos detalhados e preparação dos elementos para a estruturação do dossier de concurso de PPP visando ter a infraestrutura funcional em 2026, tal com previsto no plano diretor do setor elétrico.

Um importante pacote de regulamentação foi desenvolvido no domínio da eficiência energética seguido de vários projetos de demonstração em edifícios públicos. Um projeto mais abrangente está sendo desenhado para implementação até 2026 no âmbito do novo programa de apoio a transição energética financiada pela cooperação Luxemburguesa.

A implementação da carta de política para a mobilidade elétrica está a avançar. De 2016 a esta parte a frota de EVs em circulação aumentou de 0 para 74, e contamos já com cerca de 36 candidaturas desde o início em junho no programa de atribuição de incentivos para aquisição de veículos elétricos financiado no âmbito do ProMEC. Esta também em andamento o concurso para a seleção de uma concessionária que irá instalar os primeiros 44 postos de carregamento público.

Estamos a atravessar um momento difícil da conjuntura global e regional, derivados nomeadamente da situação da pandemia do Covid 19 e do contexto de aceleração das mudanças climáticas, agora agravado pela escalada dos preços dos combustíveis, efeitos das repercussões da guerra na Ucrânia e seus impactos no mercado da energia e outras “comodities” que colocam enormes desafios aos setores públicos e privados.

Cabo Verde precisa, também enfrentar de forma decisiva o desafio da eficiência, ou seja, criar as condições de resiliência e sustentabilidade do setor, nomeadamente, combatendo o elevado nível de perdas e melhorando a eficiência operacional da produção, transporte e distribuição de energia.

O cenário exige a tomada de decisões complexas, e assertivas, e o debate sobre a transição energética com enfoque na resiliência e a segurança energética ganha ainda maior relevância.

É imperativo acelerar a integração de novas capacidades de produção renováveis, e a geração distribuída residencial e em atividades e usos produtivos. Investir em infraestruturas estratégicas, eficiência energética, armazenamento de energia, mobilidade elétrica, no reforço da dotação institucional e formação e certificação de técnicos nacionais para dotar o País com os recursos adequados para atingir os objetivos fixados.

A transição energética é também vista como instrumento catalisador da atividade económica, mediante escolhas estratégicas e bem planeadas para maximizar os retornos desta transformação, permitindo ao País internalizar os benefícios económicos e tecnológicos e as sinergias geradas ao nível da transformação digital e dos transportes, mobilidade e desenvolvimento da produção agrícola e industrial.

Ambicionamos no horizonte 2030, fazer de Cabo Verde um País dotado de um sistema energético seguro, sustentável e inclusivo, com elevada eficiência energética, e aproveitamento das fontes de energia renováveis, uma infraestrutura de rede inteligente.

O Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética (PNSE) para o período **2021-2026**, reafirma o objetivo de fazer a transição para um setor energético, **seguro, eficiente e sustentável**, sem dependência de combustíveis fósseis, garantindo o **acesso universal** e a **segurança energética**, e assume de forma explícita o compromisso da **Transição Energética e de Descarbonização da Economia até 2050**, em linha com o NDC - Contribuição Nacional Determinada, mantendo os atuais eixos de intervenção que são:

O reforço institucional e melhoria do ambiente de negócios; reforma da estrutura organizacional do mercado energético; investimento em infraestruturas estratégicas, desenvolvimento das energias renováveis e promoção da eficiência energética.

O fomento empresarial e pesquisa & desenvolvimento no domínio energético; visando de forma proativa a criação de empregos e de oportunidades de negócios e inclusão e equidade de género para não deixar ninguém para trás.

O ciclo do PEDS II será marcado por importantes realizações:

Implementação da Carta de Política para a Mobilidade Elétrica a nível nacional através de um amplo programa visando até 2026 atingir $\frac{1}{4}$ do contingente das novas aquisições da frota nacional em veículos elétricos.

Reforçar as medidas para o aumento da instalação de Infraestruturas de Carregamento de Veículos Elétricos. Incentivar e promover a mobilidade elétrica na economia marítima e fomentar projetos pilotos de I&D aplicada a V2G (Vehicle-to-grid).

Reforma da estrutura organizacional do mercado energético com a implementação do novo figurino da estrutura de organização do setor elétrico mediante separação vertical e criação da figura do Operador Nacional do Sistema e Comprador Universal da energia produzida por produtores independentes.

Privatização da Electra dividida em duas sociedades de produção e de distribuição de eletricidade e reforçar o quadro institucional do setor energético coerente com a visão de um Estado parceiro, promotor, dinamizador e regulador de um mercado de produção e de oferta de energia sustentável, inovador e eficiente.

Investir e incentivar o fomento empresarial, pesquisa & desenvolvimento para a exploração do potencial do setor dos serviços ligados à transição energética.

Prosseguir com iniciativas de Avaliação e Prospeção de Novas Tecnologias e a implementar Projetos de Demonstração, nomeadamente o projeto “Brava Ilha Sustentável” e no domínio da energia das ondas, e produção de Hidrogénio Verde.

Criar condições para o desenvolvimento do mercado de serviços energéticos, do mercado para as empresas que realizam auditorias energéticas e planos de sustentabilidade energética.

Introdução de reajustes no Sistema Petrolífero Nacional para contemplar a integração de Gás Natural como opção para o mercado «Bunkering», e como um primeiro estágio de transição para o Hidrogénio Verde.

Continuar a investir em Infraestruturas Estratégicas, de modo a garantir a resiliência do sistema, promover a integração das energias renováveis, o acesso universal e o fomento à inovação e desenvolvimento tecnológico.

Investir na reabilitação, expansão e modernização das redes de distribuição de eletricidade e na instalação de micro redes abastecidas por pequenas centrais fotovoltaicas e kits solares individuais nas localidades isoladas, fora da rede.

Continuar a implementação do roteiro de desenvolvimento das redes inteligentes em linha com a visão de construir uma rede digital.

Promover a eficiência energética em todas as áreas/subsectores.

Continuar a implementar medidas de políticas para a contratação de novas capacidades de produção renovável em grande escala para a injeção na rede e para a promoção da massificação de microprodução renovável para autoconsumo.

Reforçará o investimento em projetos de microprodução de energia renovável para autoconsumo em edifícios públicos.

Continuar a investir e a criar condições e incentivos para a massificação da microprodução renovável, associada à bombagem de água e à dessalinização e outros usos.

Investir em sistemas de armazenamento de energia, ou seja, com a conclusão do sistema de armazenamento de energia no Sal, instalar baterias nas ilhas da Boa Vista e de São Vicente e nas outras ilhas e implementar o projeto «Santiago Pumped Storage».

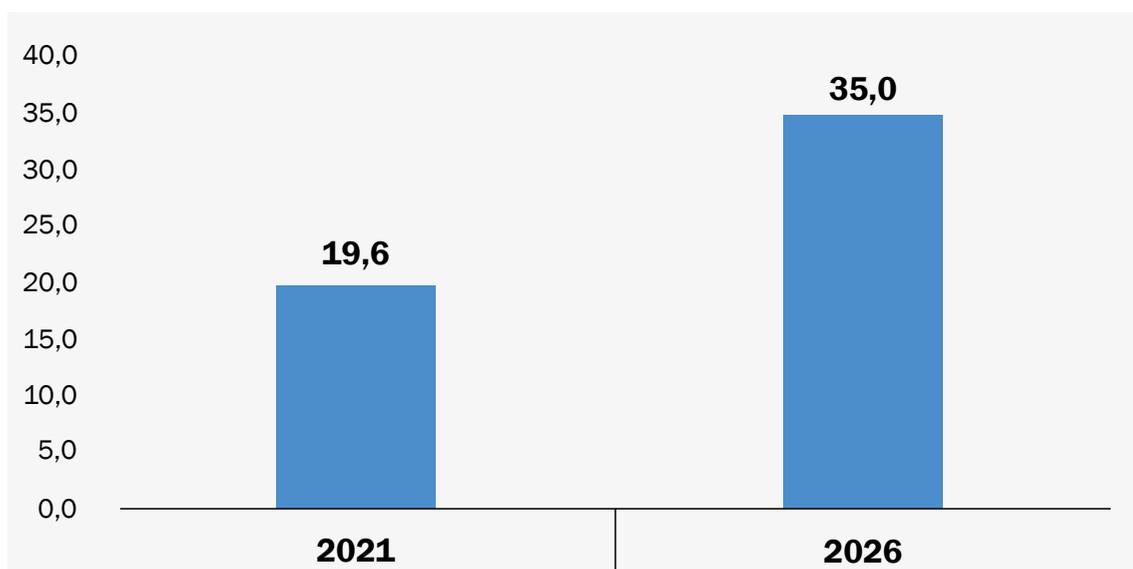
Aprofundar a abrangência da Tarifa Social de Eletricidade para um mercado energético mais inclusivo.

Em 2026, estará reduzida a dependência energética em pelo menos 12%, e pelo menos 35% da energia elétrica produzida será de fonte renováveis (Gráfico N°9).

Estará universalizado o acesso à eletricidade e teremos pelo menos 90% das famílias pobres com tarifa social de energia elétrica quanto a grande maioria (92%) da população terá acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas para cocção. Teremos reduzido em pelo menos 10% a intensidade energética do PIB, as perdas no setor elétrico para um máximo de 17% e melhorado os índices da qualidade de serviço SAIDI até

23,6 horas e SAIFI até 19,1 minutos por interrupções. Pelo menos ¼ do contingente das novas aquisições da frota nacional será em veículos elétricos.

Gráfico nº4 Taxa de penetração de energias renováveis (%) MICE



1.6.6 COMÉRCIO

Cabo Verde possui uma localização única, no centro do Atlântico, tem padrões elevados de segurança, de estabilidade e de paz social, condições básicas, necessárias para ser uma plataforma de registo e de localização de empresas.

Em 2021 as importações de bens atingiram 76.563 mil contos, cerca de 9,9% acima do nível do ano anterior e as exportações fixaram-se em 5 169 mil contos, cerca de 1,3% acima do ano anterior.

Assim a balança comercial continua sendo estruturalmente deficitária em cerca de -71.394 mil contos, um aumento de 10,5% e a taxa de cobertura das importações pelas exportações fixou-se em 6,8%, ou seja, decresceu em 0,6 pontos percentuais.

Cabo Verde faz parte do primeiro grupo de Estados que aderiram Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) tendo depositado os instrumentos de ratificação do acordo em dezembro de 2020.

Participamos nas negociações sobre as concessões tarifárias no âmbito do Protocolo sobre o Comércio de Mercadorias, tendo sido submetido a lista de produtos sensíveis, de exclusão e liberalização. As negociações sobre as regras de origem foram concluídas em 2021.

No quadro do Esquema de Liberalização das Trocas

Comerciais da CEDEAO, produtos de três empresas industriais nacionais, ou seja, a SOCIAVE, a CINTILA e a BARBOT foram aprovados pela Comissão Nacional de Aprovação (CNA) e pela Comissão da CEDEAO.

Notificamos a OMC para salvaguardar o direito de renegociação para o triénio 2020-2023, mas também merece realce a ratificação do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Protocolo alterando o Acordo de Marrakech estabelecendo a Organização Mundial do Comércio e a participação na Conferência sobre Negociações da OMC sobre subvenções à Pesca com ênfase nas implicações para a África Ocidental.

O projeto de desenvolvimento da Janela Única do Comércio Externo (JUCE) desenvolve-se segundo o Plano Diretor da JUCE de março de 2020, visando reduzir os custos de contexto de setor industrial e do comércio.

Porém, constituem desafios maiores, o aumento da confiança, a redução dos custos de contexto e a sustentabilidade, domínios essenciais de competitividade. Em suma, a melhoria do ambiente de negócios, o reforço da competitividade fiscal, do ponto de vista da previsibilidade e da diferenciação, como do ponto de vista da incidência, garantir elevados padrões de segurança jurídica, melhorar o acesso e reduzir

os custos dos transportes, comunicações e energia e melhorar significativamente a efetividade na prestação de serviços públicos.

Ambicionamos tornar Cabo Verde num centro internacional de negócios fazendo do país um espaço ideal para a localização de empresas e para o desenvolvimento de negócios.

No ciclo do PEDS II importantes realizações deverão concretizar-se como:

A promoção do Centro Internacional de Negócios com a revisão legislativa e um programa competitivo de atração de investidores e empresas. A melhoria do ambiente de negócios, a redução dos custos de contexto de setor industrial e do comércio, nomeadamente com a implementação da Janela Única do Comercio Externo, a facilitação do acesso a insumos, aos transportes, à energia e a redução de tarifas e barreiras não tarifárias ao comercio.

A criação de condições para que empresas cabo-verdianas que exportam para os EUA possam transitar do regime comum para o regime AGOA e para que novas empresas possam aceder.

Desenvolvimento da colaboração existente entre a Cabo Verde Trade Invest e a USAID/West Africa trade and Investmet para a disponibilização de serviços de aconselhamento a empresas cabo-verdianas de modo a que estas aumentem a sua competitividade, o comércio regional e as exportações globais de valor acrescentado, particularmente para os Estados Unidos. O estímulo à indústria de transformação do pescado e produtos de aquacultura para a exportação.

O desenvolvimento da diplomacia económica para a penetração de produtos da indústria cabo-verdiana em países africanos da CPLP e da CEDEAO, nomeadamente os da indústria farmacêutica no quadro da Plataforma Internacional de Saúde.

Em 2026 Cabo Verde terá aumentado para pelo menos 14% a taxa de cobertura das exportações sobre as importações de bens e em 150%, o valor das importações e exportações intra-regional (CEDEAO/UA).

1.6.7 TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA

A agricultura cabo-verdiana é, predominantemente, de tipo familiar, ocupando pouco mais de 9% do território das ilhas com pequenas parcelas de 0,4 há para o regadio e de 0,9 ha para o sequeiro, em média.

Devido à aridez climática e às consequentes fracas precipitações, mal distribuídas no tempo e no espaço, a água apresenta-se como o principal fator limitante. A escassez de solos aráveis, as condições geográficas e orográficas do país, a sua estrutura arquipelágica, também se revelam fatores limitantes de suma importância. Apesar desses condicionantes, a agricultura é praticada por 1/3 de agregados familiares e contribui para, em média, 8% do PIB. A agricultura, a pecuária e a pesca continuam sendo a principal atividade económica no meio rural e é a que mais expõem as populações rurais à pobreza. Embora o país seja dependente da importação de produtos de base (cereais, açúcar, óleos alimentares, leite e alguns derivados), face às suas particularidades agro-ecológicas, a agricultura apresenta algum potencial para o desenvolvimento da fruticultura, da horticultura, da pecuária, designadamente, animais de ciclo curto, e da agroindústria, contribuindo, em parte, para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias.

A análise do setor agrícola aponta para vários desafios, que urgem por uma solução, nomeadamente: (i) a adaptação da agricultura às mudanças climáticas; (ii) a diversificação das fontes de água para agricultura (irrigação e pecuária), associada às energias renováveis (para reduzir os custos de produção e distribuição); (iii) o aumento da produção, para responder à crescente demanda de alimentos; (iv) o fomento da empresarialização e o desenvolvimento de sistemas produtivos agropecuários, sejam unidades familiares, cooperativas de produção ou empresas agropecuárias; (v) a gestão integrada de bacias hidrográficas; (vi) a promoção de uma agricultura mecanizada e de precisão; (vii) o incentivo à criação e agregação de valor em toda a cadeia de mercado, no que tange à sua ligação com os setores do turismo, da indústria transformadora e do próprio comércio, entre outros e; (viii) a garantia da qualidade e certificação de produtos.

A nossa ambição para o setor agrícola, assenta-se na Visão 2030, com a transformação da agricultura, isto é uma agricultura competitiva, sector de oportunidades para os jovens, inteligente, com elevada produtividade e valor acrescentado capaz de penetrar o mercado turístico, de exportar e de reforçar a contribuição para a segurança alimentar.

Assim sendo, as opções estratégicas preconizadas para o setor agrícola, no âmbito do Programa do VIII Governo Constitucional (2021/2026) que o PEDS II operacionaliza centram-se na transição da agricultura tradicional e de subsistência para uma agricultura moderna, competitiva, com capacidade para atrair o investimento privado, reforçar a contribuição para a segurança alimentar, penetrar no mercado turístico e exportar. Para a materialização destas opções estratégicas será necessário a criação de condições para o desenvolvimento de sistemas produtivos, tais como unidades familiares, cooperativas de produção ou empresas, tecnologicamente modernas, rentáveis e ambientalmente sustentáveis e transformar a agricultura num setor de oportunidades para os jovens e mulheres chefes de famílias, gerador de empregos decentes e de rendimentos, e que contribua para a redução da pobreza, das desigualdades e das assimetrias regionais.

Por outro lado, a opção por este modelo implica uma economia agrária mais robusta e resiliente: limitar ao mínimo a dependência das chuvas e assim mitigar os efeitos das mudanças climáticas, com maior produção e produtividade, os riscos de produção, maior equilíbrio em matéria de género e criação de mais emprego e rendimento para as famílias, sobretudo nas zonas rurais, e, conseqüentemente, maior contribuição do sector na geração do PIB.

Realizar a Ambição 2030 implica a aposta em políticas que incentivam um melhor aproveitamento das potencialidades agrícolas associadas à promoção do empreendedorismo no setor, para o aumento da produtividade e da produção visando abastecer o consumo local, assim como promover a redução das importações, sobretudo, para o mercado turístico, sem perder de vista as preocupações com a segurança alimentar e nutricional das populações, em particular as mais vulneráveis. Esta transformação, requer a criação de cadeias de valor competitivas e sustentáveis.

Cabo Verde deverá realizar o essencial das metas do ODS 2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura

sustentável. Isso significa consolidar, através de uma abordagem holística, os sistemas locais de produção, por meio da melhoria do acesso à água, crédito e mercados, e adaptação às mudanças climáticas (seca em particular), bem como a organização (cooperativismo), para combater a pobreza extrema rural e não deixar ninguém para trás.

O Programa, Transformação da Agricultura, parte do PEDS II, terá que contribuir para a modernização e melhoria da competitividade do setor agro-silvo-pastoril, ou seja, com a mesma disponibilidade de água e de terra, e os mesmos condicionalismos agroclimáticos existentes, o país deve produzir mais e melhor. Para isso, a agricultura terá que apostar em tecnologias mais inteligentes e resilientes, assentes na investigação e extensão rural voltadas para o ordenamento agrícola, com investimento no ensino e formação profissional, e criação de um ambiente financeiro favorável para a promoção do empreendedorismo agrícola.

As grandes linhas de atuação deverão assentar em dois grandes pilares:

1. Reforço da resiliência e adaptação às mudanças climáticas

Sendo Cabo Verde, um Pequeno Estado Insular, vulnerável face aos efeitos negativos das mudanças climáticas (fenómenos meteorológicos e climáticos extremos como furacões, inundações e secas cada vez mais frequentes, o aumento da aridez, a degradação dos solos e da vegetação, a intrusão salina e a degradação de ecossistemas, principalmente nas zonas costeiras), torna-se necessário acelerar a implementação das medidas para os prevenir e mitigar, apostando na sustentabilidade e na resiliência com ações voltadas para: (a) a mobilização e gestão da água e diversificação das suas fontes apostando fortemente nas técnicas de dessalinização das águas salobras e do mar, na reutilização segura das águas residuais tratadas, em complemento à mobilização de águas superficiais e subterrâneas. Acrescenta-se ainda o uso racional de água pela massificação de sistemas eficientes de irrigação, com ênfase nos sistemas de micro-irrigação e recurso à hidroponia, bem como a diminuição do custo de água e de exploração, com a utilização das energias renováveis e na construção de infraestruturas hidráulicas e de apoio à produção; (b) o reforço e melhoria do sistema agro-silvo-pastoril e proteção do ecossistema terrestre, através da gestão sustentável dos recursos forrageiros, com introdução

e vulgarização das espécies forrageiras herbáceas, arbustivas e arbóreas, utilizando novas tecnologias de cultivo e de poupança de água (micro-irrigação e hidroponia), assim como a promoção da recolha, conservação e valorização de recursos forrageiros, a valorização e utilização de subprodutos de agricultura; (c) a promoção do pastoreio controlado nos espaços silvo-pastoris de acordo com a capacidade de carga, contingência dos animais e reforço do combate a pragas e doenças, com recurso a métodos de luta integrada (luta biológica), para além da manutenção dos perímetros arborizados.

2. Estruturação de cadeias de valor orientadas para os mercados, locais, turísticos, regional e da diáspora

O desenvolvimento de cadeias de valor é encarado como uma ferramenta efetiva para estimular o crescimento económico e ajudar a aumentar o rendimento dos diferentes atores ao longo da respetiva cadeia. Assim sendo, deve -se apostar fortemente: (a) na **estruturação das cadeias de valor**, priorizando a horta fruticultura, o café, o vinho, o queijo de cabra, as carnes e ovos e desenvolvimento de sistemas de logística agrícola; (b) no **incentivo à organização da classe produtiva** e promoção de cooperativas e empresas agrícolas para a formalização da atividade agropecuária como um setor económico, estimulando a criação de agroindústrias familiares, por forma a viabilizar os pequenos negócios; (c) na **avaliação da produção atual das principais fileiras prioritárias** e do perfil do consumidor, caracterizando os principais atores intervenientes na cadeia de valor, a estrutura do mercado, as tecnologias de produção, o processamento, o transporte, a qualidade dos produtos ao longo da cadeia produtiva; (d) na **planificação da produção** (quantidade, regularidade e qualidade) e da logística para atender à procura do mercado, com especial enfoque para os mercados domésticos (local e turístico), com base em modelos produtivos economicamente competitivos, ambientalmente sustentáveis e socialmente aceites; (e) na **certificação de produtos agropecuários** criando todas as condições para o desenvolvimento de ações que levem à melhoria da qualidade e valorização dos produtos agropecuários; (f) na **promoção de uma agricultura mecanizada e de precisão**, com a introdução de equipamentos e alfaías agrícolas (como tratores, motocultivadores, moto enxadas, entre outros) de pequena escala adequados ao contexto de Cabo Verde que tornam o trabalho agrícola mais fácil e mais rápido, e tecnologia na produção agrícola fornecendo aos agricultores ferramentas e informações

constantes e em tempo real com impactos diretos em ganhos de produtividade do setor; (g) na **promoção do empreendedorismo jovem no setor agrícola**, com a criação e promoção de incentivos e de financiamentos (crédito agrícola) para o fomento de oportunidades concretas de investimento e de parcerias público-privadas duradouras e seguras no setor agrário.

A operacionalização das grandes linhas estratégicas de intervenção previstas para o Programa «Transformação da Agricultura», deverá permitir alcançar, no final deste ciclo de governação:

Uma agricultura em franco progresso de sua transição para uma agricultura moderna, mais resiliente e adaptada às mudanças climáticas, mais produtiva quantitativa e qualitativamente, mais competitiva e com capacidade de penetração nos mercados turístico e alcançar alguns nichos de exportação, nomeadamente a diáspora, mais inclusiva e socialmente reconhecida, contribuindo de forma decisiva para a redução da pobreza e a criação de rendimentos e empregos decentes.

Uma agricultura assente em técnicas e tecnologias resilientes e adaptadas às mudanças climáticas, quer em termos de diversificação das fontes de mobilização de água e incorporação sistemática de energias renováveis nos processos de bombagem, quer em termos da massificação dos sistemas eficientes de irrigação e de produção mais intensiva, com incorporação de tecnologias e maquinaria adaptada à nossa realidade e informações e ferramentas de precisão.

Uma drástica redução da situação crónica de deficit forrageiro que o país enfrenta pela efetiva gestão sustentável e valorização dos recursos forrageiros - herbáceos, arbustivos e arbóreos - pela utilização de novas tecnologias de cultivo (micro-irrigação e hidropónico), promoção do pastoreio controlado e contingência dos animais, de entre outros.

Avaliação e estruturação das cadeias de valor prioritárias em todo o seu potencial e classe produtiva organizada, produtos certificados e com impactos visíveis na densificação do tecido empresarial do setor agrícola e conseqüente aumento dos empregos gerados, crescimento económico setorial e contribuição no PIB, baseada num efetivo planeamento da produção e de toda a cadeia de logística necessária.

Um ecossistema favorável às atividades agrícolas, através da assistência técnica privada e integração dos privados nas atividades agropecuárias, estimulando

do o empreendedorismo jovem com a criação e promoção de incentivos e de financiamentos (crédito agrícola) para o fomento de oportunidades concretas de investimento e de parcerias público-privadas duradouras e seguras no setor agrícola.

Quadro Nº 2 – Valor Acrescentado da Agrucultura, área recuperada e Prevalência de subalimentação

Indicador	Valor de Referência	Metas	
	2021	2022	2026
Taxa de crescimento do Valor Acrescentado Bruto (%)	7,3	10,95	55,4
Área recuperada (ha)	942	1542	6942
Prevalência de subalimentação (média de 3 anos) (%)	13	13	<13,0

Fonte: DGPOG-MAA

1.6.8 CULTURA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS

Cabo Verde é um país com uma vasta diversidade cultural. A vida cultural e a criatividade devem ser preservadas e desenvolvidas por meio de políticas culturais coerentes e eficientes. Ao longo dos últimos 5 anos o Programa BA-Cultura beneficiou vários alunos através do ensino das artes contemplando no ano 2021, 80 Escolas e 2.858 alunos bolseiros sendo destes, 1.508 do sexo feminino e 1.350 do sexo masculino.

As Indústrias Criativas ocupam um lugar central na promoção e manutenção da diversidade cultural, combinando criação, produção e comercialização de bens de natureza intangível, cultural e criativo. Estas unem a força tradicional da chamada cultura clássica com o valor agregado do talento empresarial e os novos talentos da media, eletrónica e de comunicação, agrupando os setores de trabalho, cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo, gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, económica e social.

Assim, para este setor o Governo traçou para o mandato 2021-2026, eixos estratégicos alinhados com a Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde 2030 e que fazem parte de uma visão de médio e longo prazos, com vista à constituição de um setor da cultura e das indústrias criativas como um ativo económico e não como setor público e de gestão de interesse do Estado na sociedade civil. Tem, ainda, esta estratégia como objetivo capital tornar, efetivamente,

o setor da Cultura no 4º Pilar do desenvolvimento sustentável, aumentando a sua contribuição para o PIB, para a geração de empregos dignos e distribuição de rendimento e, ainda, para a afirmação de Cabo Verde no contexto regional e internacional.

Perante este contexto, o Governo identificou um conjunto de desafios, sendo que os maiores estão virados para a implementação do Plano Nacional de Leitura tendo como propósito fazer chegar os livros a todas as escolas do País, mobilizar financiamento para a edição e reedição de obras infantojuvenis, de modo a efetivar o projeto Balaio de Sophia; a criação de rede de museus para salvaguarda da memória cultural do País e a promoção da educação em diferentes gerações, a promoção de eventos e exposição, recuperação e valorização do património cultural e atração turística para alavancar a economia do País através da oferta turística, a identificação, a inventariação e a classificação do património nacional preservado e resgatado, bem como, a identificação, organização e avaliação da documentação acumulada na Administração Central e Local do Estado.

Outrossim, o reconhecimento, a formação e a profissionalização dos setores artísticos e cultural, a valorização do capital humano, bem como a aposta na investigação e comunicação das Artes surgem como desafios importantes do Governo, que desembocarão na implementação do Estatuto do Artista, como forma de regulamentar todo o setor artístico e cultural e na criação de um quadro legal dentro do setor laboral nacional.

É urgente a conclusão da Regulamentação do Setor do Artesanato «Created in Cabo Verde», do Sistema Integrado do Artesanato – SIArt e sua certificação, assim como, a implementação e a consolidação do projeto LEAD – Laboratório Experimental de Arte, Artesanato e Design.

Ambicionamos no horizonte 2030, realizar a transição do setor cultural e criativo de uma economia tradicional, com forte valor «patrimonial» e identidade cultural para uma economia moderna e sustentável, baseada na promoção de todas as formas de criatividade, assentes na profissionalização do setor, no desenvolvimento do capital humano, e potenciador do desenvolvimento do turismo, mediante a sua inserção no mercado de produção de novos empregos e de novas valências económicas e romper com o ciclo que pereniza a dependência dos criadores em relação ao financiamento estatal.

Com o intuito de inserir a cultura no sistema educacional para a formação universal de uma cidadania plena, o PEDS II deverá priorizar o Programa Bolsa de Acesso a Cultura (BA-Cultura) uma aposta primordial para a plena inclusão social através das artes, dando oportunidades de acesso às crianças e jovens Cabo-verdianos. Com este programa, o Governo financia as propinas dos alunos e não as escolas de ensino artístico, para que não haja exclusão cultural no seu todo.

Cabo Verde possui uma vasta rede de museus funcional, edifícios patrimoniais reabilitados e património imaterial projetado internacionalmente pela UNESCO e para este ciclo de planeamento pretende o Governo, aprovar a lei de base do Património e dos Museus e elaborar um plano estratégico para este domínio.

Serão reforçadas as capacidades técnicas com o reforço do quadro do pessoal e formação.

De igual modo, a profissionalização dos quadros, com especial enfoque na criação dos Planos de Cargos Carreiras e Salários da Cesária Évora Academia de Artes, do Palácio da Cultura Ildo Lobo e do Centro Cultural do Mindelo, será uma realidade, o Centro de Formação Arte, Artesanato e Design será reforçado para posicionar Cabo Verde no patamar das grandes referências museológicas ao nível da África e do mundo e será desenvolvido um eficiente modelo de gestão de documentos e arquivos para todos órgãos do Estado de Cabo Verde, facilitado e simplificado o

acesso e a comunicação dos documentos da administração pública, bem como , implementado o Sistema Nacional de Arquivos.

Neste ciclo do PEDS II, será priorizada a formalização do setor do cinema e do audiovisual, ciente dos ganhos que poderá trazer, na medida em que as filmagens no país, tal como é exemplo noutros países, contribuem para a dinamização e a inovação das economias dos locais e territórios onde acontecem.

O cinema e o audiovisual é um setor positivo que poderá realmente promover Cabo Verde em toda a sua magnitude. Assim, apostar no setor de forma sustentada, poderá gerar enormes dividendos económicos, empregos e entrada de divisas, favorecerá a formação dos profissionais nacionais da área, como gerará procura turística diversificada e por consequência de bens e serviços da indústria do turismo e poderá ainda contribuir para reforçar a noção de cidadania entre os habitantes do País.

Com a efetiva implementação das ações previstas neste Plano, em 2026, o País terá, de entre outros: Todos os museus existentes reabilitados, regulamentados os novos e introduzidos na rede; Um Plano de salvaguarda implementado e os edifícios patrimoniais redimensionados e com novas funcionalidades; um setor dotado de quadros técnicos com competência específica, com cursos reconhecidos e credenciados, escolas com ofertas formativas de qualidade e profissionais das artes inseridos no mercado formal de trabalho; um Cartão do Artista em consequência do Estatuto do Artista, reduzindo a informalidade; 9 Municípios com o LEAD – Laboratório Experimental de Arte, Artesanato e Design implementado e uma Rede de Lojas «Artesanato Created in Cabo Verde» montada em 6 Municípios, com particular foco no turismo. Cabo Verde terá iniciado o seu percurso como País de produção cinematográfica.

1.6.9 CABO VERDE CENTRO FINANCEIRO

Escolhemos fazer de Cabo Verde um país plataforma marítima, aérea, do turismo, financeira, digital e da inovação, da indústria e do comércio, do desporto e da saúde.

Ambicionamos transformar Cabo Verde num Centro Internacional de Negócios e isto em si determina a criação de uma praça financeira internacional nas Ilhas. A importância e a urgência em transformar Cabo

Verde numa plataforma financeira decorre de uma oportunidade acrescida para os bancos internacionais e fundos realizarem as suas operações financeiras internacionais a partir de Cabo Verde, no pressuposto da competitividade do país, e, também, da necessidade de dar suporte às empresas que se localizarem em Cabo Verde e promover a exportação de serviços digitais, bem como conferir suporte ao relançamento da indústria visando sobretudo o aumento das exportações de bens.

Ser país plataforma pressupõe também ter serviços financeiros de alto nível. Criamos o Centro Internacional de Negócios, a Zona Economia Especial Marítima em São Vicente, a Zona Económica Especial da Ilha do Maio, a Zona Económica Especial de Tecnologias, e vamos a criar a Zona Especial de Economia Aérea, a Zona Económica Especial da Vulcanologia do Fogo, bem como a Zona Especial de Economia Verde. Precisamos, pois, de uma plataforma financeira para dar suporte à nossa ambição de País plataforma e esta será um marco importante do percurso do sistema financeiro cabo-verdiano.

Com a independência, foi criado, a 29 de setembro, o Banco de Cabo Verde, com a principal missão de banco central. Com a transição para a democracia realizou-se a abertura à iniciativa privada, a redução do papel do Estado na economia e iniciou-se um intenso processo de reformas e privatizações.

Em 1993, foi aprovada a lei orgânica do Banco de Cabo Verde passando este a exercer única e exclusivamente as funções de banco central, enquanto as funções de banca comercial foram cometidas ao novo Banco Comercial do Atlântico (BCA). A liberalização do setor financeiro e a presença de 2 bancos (a Caixa Económica de Cabo Verde e o BCA) a criação das seguradoras Garantia Impar, exigiram profundas alterações na forma como as políticas monetária e cambial passaram a ser geridas.

Com o propósito de transformar Cabo Verde num atrativo e competitivo mercado de capitais, a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC), que foi criada no final da década de 90, retomou em pleno as suas atividades em Dezembro de 2005 com a missão de proporcionar às empresas alternativas de investimento e financiamento disponibilizando sistemas e plataformas para o bom funcionamento do mercado.

A partir de 2006 várias instituições efetuaram emissões de obrigações e novas ações através da BVC com destaque para emissões da Electra, Cabo Verde Fast Ferry (CVFF), Tecnici Imobiliária, Imobiliária Fundiária e Habitat (IFH), BCA, Banco Africano de Investimento (BAI), CECV, Inpharma, Emprofac, TACV, Ecobank, e Municípios da Praia e do Sal.

No entanto, a crise financeira de 2008 veio a revelar uma fraca diversificação da carteira de crédito dos bancos, composta essencialmente de ativos do setor da imobiliária turística e um elevado nível de crédito em situação irregular, conduzindo os bancos à aversão do risco de crédito às empresas, e os bancos passaram a preferir aplicações em títulos de dívida pública em detrimento do crédito à economia, resultando na falência de algumas empresas recém-criadas.

Face às implicações da crise financeira internacional, iniciada em 2008, e perante fortes recomendações da União Europeia (EU) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Governo de Cabo Verde procedeu em 2014 à clarificação e ao reforço do papel do banco central, através da publicação da lei de bases do sistema financeiro e da lei das atividades das instituições financeiras.

Tais reformas visavam a adaptação do modelo de regulação e supervisão do BCV às regras de Basileia, no sentido de aprimorarem a gestão de riscos múltiplos de crédito, de mercado, e operacional.

Paralelamente as reformas no quadro normativo de regulação bancária, o BCV introduziu o decreto lei 1/2012 visando reduzir custos, superar entraves à liberação dos movimentos de capitais e criar a dinâmica necessária para tornar a cidade da praia num centro financeiro regional. No entanto, e apesar de todas as tendências universais apontarem para a crescente relevância das “instituições prestadoras de serviços financeiros”, tal visão não se materializou nas leis “do sistema financeiro” nem nas “atividades das instituições financeiras”, que relegaram tais instituições para o grupo das “auxiliares do sistema financeiro”.

Esta falha de adequada classificação e enquadramento dos serviços financeiros (que ainda subsiste) conduziu o novo sistema financeiro a uma alta dependência de um sector bancário concentrado, e de um incipiente mercado de capitais.

Em 2018, face à importância dos sistemas e serviços de pagamento para a economia cabo-verdiana, nomeadamente para as empresas, e por iniciativa do Banco de Cabo Verde, o ordenamento jurídico foi dotado de três diplomas centrais, que passaram a regular e facilitar o acesso ao exercício da atividade de prestação de serviços de pagamento e de emissão de moeda eletrónica.

No entanto, vale a pena ressaltar que a lei das atividades financeiras ainda enquadra as instituições prestadoras de serviços financeiros como “instituições auxiliares do sistema” quando, internacionalmente, os impactos dos serviços financeiros emergentes (digital banking, fintech, gestão de ativos, gestão de fundos, etc.) já se encontravam a disromper muitas atividades bancárias.

Hoje, dificilmente se pode conceber um sistema financeiro aonde os diversos players e parceiros não possam ter acesso, e exercer as suas atividades num ecossistema com plataformas interoperacionais e dotadas de API globais.

O Programa do Governo, eleito em 2021, pretende tornar Cabo Verde um “país plataforma” e uma “ilha digital” articulando diversas políticas públicas para a sua consecução., com particular destaque para a promoção de serviços financeiros ancorados ao negócio digital (Parque Tecnológico).

De acordo com os parâmetros recomendados, um centro financeiro internacional, refere-se a uma cidade com:

- 1. Localização estratégica (no prisma geográfico);**
- 2. Papel muito relevante no sistema financeiro global;**
- 3. Sede de diversas instituições financeiras e multinacionais comerciais e bolsa de valores de renome;**
- 4. Infraestruturas de comunicações e sistemas comerciais de primeira classe;**
- 5. Regime legal e regulatório transparente, apoiado por um sistema político e macroeconómico estável;**
- 6. Oferta de destino favorável para profissionais que demandam altos padrões de vida;**
- 7. Economia pujante e presença de sectores de negócios âncoras de ponta;**

8. Sistema tributário favorável;

9. Indústrias de telecomunicações e eletrónica;

10. Centro de inovação tecnológica e ambiente universitário de investigação;

11. Ecossistema favorável ao financiamento de Startups e Fintechs.

Ciente desses fatores condicionantes o Governo pretende, no âmbito das ODS, estabelecer um Plano de Ação, em concertação com todo o ecossistema financeiro e de negócios, capaz de criar as condições para que Cabo Verde, e a Cidade da Praia, se insira na rede de Centros Financeiros Internacionais (numa perspectiva de um Centro de ancorado em Negócios Tecnológicos para a CEDEAO), tendo como desafios e objetivos:

No ambiente de negócios

A eficiência na gestão macroeconómica e na competitividade do País, a estabilidade social e política, a convertibilidade da moeda e um regime tributário favorável e competitivo.

Na regulação e supervisão

A regulação de acordo com a melhores práticas, com legislação ajustada aos Standards Internacionais, supervisão e controlo do cumprimento de regras de Compliance.

No referente ao Capital Humano

Atração dos melhores quadros nacionais e estrangeiros para o pool de talentos do CFI; parcerias com Escola de Negócios e Tecnologias a ser instalado no Parque Tecnológico da Praia; parcerias com Centros de Formação de Excelência (Luxemburgo, Marrocos e Singapura) e; parcerias com o Parque Tecnológico para o Sandbox das Fintechs e Insurtechs.

No Ecossistema Urbano

Qualidade dos serviços portuários e aeroportuários; recuperação de impostos; rede hospitalar moderno, disponibilidade de médicos e clínicas especializadas; segurança pública e aplicação das leis; ensino universitário, centros de investigação e atração de talentos.

Nos Serviços Financeiros

Disponibilidade de Capitais em larga escala; financiamento de Clusters tecnológicos virados para exportação; profundidade e diversidade do Sistema financeiro.

Na Conectividade

ICT e Data Center de Última Geração; EllaLink operacional e a custo competitivo e; frequência diária de voos internacionais para todos os continentes. Temos algumas das condições de base para o desenvolvimento de uma plataforma financeira como estabilidade política, sendo a democracia um dos maiores activos, estabilidade económica, com um acordo de cooperação cambial com a União Europeia, apostamos na consolidação orçamental e estamos a melhorar o ambiente de negócios. Temos estabilidade social, uma localização estratégica, segurança, um sistema fiscal sólido e somos classificados como um País reformador consistente. Liberalizamos desde junho de 2018, as operações cambiais e das relações económicas e financeiras com o exterior com destaque para os movimentos de capitais

Temos uma agenda para:

A modernização da legislação bancária e do mercado de capitais em linha com os padrões internacionais;

O desenvolvimento do sector financeiro e dos Sistemas de pagamento incluindo a regulamentação das moedas electrónicas;

O desenvolvimento do Mercado de Capitais apostando na sua liquidez e internacionalização;

A melhoria do ambiente de negócios;

A modernização do quadro legal com regulamentação lei insolvência;

A criação de novas infraestruturas e instrumentos financeiros;

A adopção de um programa publico de especialização de quadros nas melhores universidades e instituições de formação do mundo para garantir recursos humanos em quantidade e com a qualidade para responder as necessidades de grupos financeiros;

A melhoria da conectividade interna e internacional e a retoma da HUB aéreo na ilha do Sal que facilitará

a ligação de Cabo Verde com os diversos continentes, incluindo a criação da Zona Especial de Economia Aérea;

A promoção de incentivos fiscais para atracção do investimento externo e de instituições financeiras internacionais;

Prosseguir com a melhoria da qualidade de vida da população;

A capitalização dos activos intangíveis do País nomeadamente da localização geográfica, estabilidade económica e politica e Estado de direito;

Medidas de protecção dos investidores;

A modernização do sistema jurídico com facilidades de arbitragem;

O desenvolvimento da economia digital e a inovação;

A diversificação sector financeiro com a criação novas infraestruturas financeiras no âmbito do Ecossistema de Financiamento a Economia /capital de risco/ central de informação de credito publica e privada/ capacitação institucional /garantia parcial de credito;

Integração regional, ou seja, na CEDEAO e na União Africana;

Estamos a construir a nossa estratégia e a planificar a criação do Centro Financeiro Internacional da Praia.

O PEDS II prioriza, em especial:

A Criação de uma Autoridade para implementar o Centro Financeiro Internacional da Praia (ACFIP) e a aprovação do respectivo Regime Jurídico;

A operacionalização da Autoridade do Centro Financeiro Internacional da Praia (ACFIP), a adoção de uma Matriz dos stakeholders do Ecossistema do Centro Financeiro Internacional da Praia e o alinhamento estratégico dos stakeholders para a construção do Ecossistema do Centro Financeiro (ECFIP) e;

A adoção e execução de um Plano de Operacionalização do Ecossistema do Centro Financeiro.

Até 2026 atingir 90% de execução do Plano Estratégico de Criação do Ecossistema do Centro Financeiro Internacional da Praia.

1.6.10 CABO VERDE PLATAFORMA DE DESPORTO

O governo continua a valorizar o desporto nacional pelo papel que tem na Sociedade, enquanto elemento regulador e de equilíbrio social dos cabo-verdianos e fator importante do desenvolvimento.

O Sector deu passos significativos em matéria da legislação desportiva com a atualização e modernização das bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto no País, assim como, a aprovação de um pacote legislativo importante que assegura, por um lado, um melhor funcionamento das estruturas da hierarquia desportiva, e que, por outro, visa um melhor enquadramento e motivação dos praticantes desportivos.

De uma forma geral, a atividade física e o desporto passaram a fazer parte do dia-a-dia das pessoas, de diferentes segmentos populacionais em qualquer ponto do país. Diariamente, surgem novos interesses, novas ambições que ultrapassam a capacidade de resposta das instituições públicas do desporto a nível central e local.

Segundo o Censo do Desporto de 2022, atualmente, cerca de 45,7% da população cabo-verdiana pratica algum tipo de atividade física ou desporto. Cerca de 3,9% está no Desporto Federado, 1,7% no Desporto Escolar, 0,1% no Desporto Militar e 16,1% realiza exercícios físicos, caminhadas, cross ou ginásio, uma realidade da procura de atividade física e desporto que inspira alguns cuidados e que importa inverter, desde que, o setor adote medidas estratégicas para impulsionar e acelerar os fatores indispensáveis do desenvolvimento desportivo, centrados no desporto público e, conseqüentemente, no privado que é o movimento associativo desportivo cabo-verdiano. A construção de novas infraestruturas desportivas, a melhoria do acesso às infraestruturas desportivas, o aumento da oferta de modalidades desportivas e a presença de agentes desportivos são fatores a serem levados em consideração.

A insularidade que caracteriza o país obriga o Setor a intensificar esforços financeiros para multiplicar os mesmos investimentos, nomeadamente na infraestruturização quando contempla modalidades desportivas prioritárias ou de prática Nacional, como Atletismo, Futebol, Andebol e Basquetebol. O Programa do Governo assume o compromisso de dotar cada Município de, pelo menos, um Campo de Futebol com relva artificial e cada ilha/região desportiva com, pelo menos, um

Pavilhão Desportivo. As mesmas exigências são válidas no enquadramento de recursos humanos, quando a especialização se impõe ou nos transportes inter-ilhas, quando a imprevisibilidade não favorece intercâmbios desportivos a nível nacional.

Os desafios do Setor são grandes e de ordem diversificada. Desde logo, a escassez dos recursos financeiros para suportar a organização e a estruturação de um Sistema Desportivo eficiente e eficaz, constituído sem o concurso da sociedade civil, de Clubes e/ou instituições que promovam a autossustentabilidade; a inexistência de infraestruturas desportivas certificadas e especializadas para competições nacionais, internacionais e treinos diários; um quadro competitivo muito reduzido, e pouco desenvolvido nos subsistemas do Desporto Cabo-verdiano (escolar, universitário, militar, federado e alta competição) e uma grande incapacidade orçamental para comparticipar nas opções dos parceiros e associativismo desportivo dentro e fora do país.

Entretanto, os maiores desafios centram-se: na definição de estratégias que respondam a questões relativas à forma de beneficiar todos os cidadãos, designadamente a população vulnerável, sujeita a maiores limitações, no acesso e na participação da prática regular, no âmbito do desporto para todos; nas exigências de investimento e de recursos (conhecimento, humano, material, financeiro, tecnológico, etc.) cada vez maiores, para garantir a participação do país no cenário desportivo internacional e, na eventual obtenção de resultados de alto rendimento; na priorização e definição de as políticas públicas para o Setor; na adoção de estratégias centradas na produção desportiva (nos atletas e nos resultados) com as conseqüentes medidas na racionalização de recursos; na implementação da legislação desportiva produzida, com a finalidade de melhorar o acesso dos cidadãos cabo-verdianos à prática de atividade física e desporto ou, na criação efetiva de ambientes inclusivos na área de atividade física e desporto, no acesso às diversas modalidades desportivas, no enquadramento técnico especializado, na cooperação entre o Estado e a Sociedade Civil e na formação de professores de educação física e desporto com valências viradas para as necessidades do país.

Ambicionamos no horizonte 2030 «Um desporto que nos orgulhe, engrandeça o espírito cabo-verdiano e patriótico destas ilhas e contribua, de forma indelével, para o crescimento e desenvolvimento do País e das suas gentes»

O PEDS II deverá priorizar:

A montagem de um sistema de informação estatística e de monitorização do Desporto;

A criação de cursos de Especialização Desportiva, o enquadramento dos recursos humanos qualificados nas estruturas desportivas e a consolidação do PNAFS MexiMexê através de envolvimento do Poder Local;

Um programa de infraestruturização desportiva para o país, de beneficiação de áreas e infraestruturas desportivas escolares e apostar nos Centros de Rendimento Desportivo e nos Centros de Medicina Desportiva;

A mobilização de recursos financeiros de suporte às provas desportivas internacionais, a criação de incentivos que promovam envolvimento de grandes empresas no financiamento das competições internacionais; A criação de estruturas do Desporto Escolar, de Programas para o Desporto Escolar no ensino básico e no ensino secundário e a criação do Regulamento Geral dos Jogos Escolares Nacionais.

As grandes realizações do Setor para este ciclo de planeamento estão destacadas no Catálogo de Produtos do Programa Cabo Verde Plataforma Internacional do Desporto. Contudo, importa realçar as realizações com caráter transformador, possíveis de impulsionar mudanças e acelerar o progresso.

O PROGRAMA EDUCARE (ESPECIALIZAÇÃO) com o foco: na especialização de Monitores, Treinadores, Professores de Educação Física, Fisioterapeutas e Nutricionistas; na formação nas áreas de Medicina, Gestão e Marketing Desportivo; no desenvolvimento de uma rede de Enquadradores do Programa Nacional de Atividade Física e Saúde e na implementação do Programa Nacional da Ética Desportiva.

O PROGRAMA NOS CAMPUS que contempla ações indispensáveis para um Desporto massificado, inclusivo e de produção de talentos, com resultados concretos, como, a elaboração de projetos, a construção, a beneficiação e conservação do parque desportivo Escolar e Militar; melhorias do parque desportivo do Estado com intervenção estratégica do Serviço Central do Desporto; o investimento e a preservação das áreas naturais indicadas para o desporto no mar, na praia e nas montanhas; o apetrechamento, por modalidade, das infraestruturas desportivas, a construção de infraestruturas desportivas devidamente apetre-

chadas nas instituições públicas (escolas, universidades, unidades militares, Estádio Nacional).

O PROGRAMA MORABEZA SPORTS que prioriza: as competições em escalões etários estratégicos para raparigas e rapazes; a criação de condições para a organização das seleções nacionais com planos de atividades; o estímulo aos Clubes para se organizarem e evoluírem desportivamente; a capitalização dos desportos náuticos, aquáticos, de praia e de montanha; a integração e a valorização dos ativos do desporto cabo-verdiano; o reforço da integração da diáspora no Desporto Nacional; o reforço dos contratos-programa com federações desportivas visando a consolidação e a autossustentabilidade das modalidades desportivas.

O PROGRAMA LUDI SCHOLA (DESPORTO ESCOLAR). Sendo o Desporto Escolar uma via de excelência para promover a iniciação desportiva de crianças e jovens, e conseqüentemente, a base do Desporto Nacional, o Governo vai priorizar a organização e a estruturação de uma comissão de desenvolvimento do Desporto Escolar; O programa compreende ainda a organização de atividades desportivas e competições escolares concelhias, no ensino básico e secundário e interações com o Desporto Federado e o relançamento de Jogos Escolares Nacionais.

O PROGRAMA LUDIS ARMORUM que visa a resolução do problema da escassez de materiais didáticos nos estabelecimentos públicos do desporto, proporcionando mais e melhores condições da prática e, paralelamente, potenciando, do ponto de vista metodológico, a qualidade dos treinos e competições, em todos os níveis e escalões etários. O programa prioriza, ainda, a aquisição agrupada de Materiais Didáticos, respeitando os níveis e escalão etários de utilizadores, a atenção às modalidades desportivas individuais, como Atletismo, Ginástica, Judo, Taekwondo, Karaté, Boxe e às indumentárias protetoras destas modalidades desportivas.

O PROGRAMA EVENTOS DESPORTIVOS INTERNACIONAIS que tem por finalidade viabilizar a participação e o acolhimento de diferentes tipos de competições desportivas fora e dentro do país com a melhoria das condições de infraestruturas com certificação internacional e logísticas nas diferentes ilhas e regiões desportivas. Deverá priorizar a organização do CAN de Andebol sénior feminino em 2024, o Cabo Verde Trail Series, o Open de Cabo Verde em Surf e Desportos Náuticos e a participação de atletas cabo-verdianos nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e outras com-

petições internacionais de modalidades desportivas individuais. Em 2026 Cabo Verde terá um desporto massificado e inclusivo, com 90% de associações desportivas devidamente formalizadas, reduzido para 15% o nível de inatividade física existente no seio da população cabo-verdiana. Terá um desporto recheado de quadros qualificados e especializados, ou seja, com, pelo menos, 40 em cada 100 monitores, treinadores e professores de educação física envolvidos nas lides da atividade física e do desporto devidamente qualificados e especializados.

O desporto cabo-verdiano contará com memórias desportivas espetaculares de grandes eventos desportivos realizados nas infraestruturas certificadas (Estádio Nacional e Pavilhão Desportivo Vavá Duarte), assim como, nos espaços naturais (praia, mar e montanhas) das ilhas de Sal, Boa Vista, Fogo e Santo Antão com, pelo menos, 10 infraestruturas desportivas ou espaços naturais para competições internacionais certificados para receber, pelo menos, 20 eventos desportivos internacionais do Continente e das Comunidades regionais e internacionais que Cabo Verde é parte, como a CPLP, a FRANCOFONIA e a CEDEAO. Será efetiva a reafirmação da massificação do desporto com quatro edições de Jogos Escolares Nacionais realizadas em diferentes ilhas/concelhos e nove Jogos Escolares Regionais promovendo igualdade de género, com envolvimento de instituições públicas e privadas, famílias e simpatizantes. O desporto nacional estará munido de recursos humanos, infraestruturas confortáveis, instituições desportivas dinâmicas e excelentes representações nacionais em competições fundamentais e comunitárias.

1.6.11 DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) são uma das forças motrizes mais poderosas para alcançar o crescimento, a redução da pobreza e promover o desenvolvimento humano geral. Grandes mudanças transformadoras nas trajetórias de crescimento e desenvolvimento dos países têm sido frequentemente associadas à aplicação bem-sucedida da CT&I. A aplicação de CT&I contribui para transformar Cabo Verde na condição de país emergente até 2030. Assim, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II) deverá aprofundar a aplicação da CT&I para beneficiar todos os aspetos do desenvolvimento nacional e libertar todo o potencial criativo dos cabo-ver-

dianos. No entanto, em Cabo Verde, verifica-se uma grande carência de uma massa crítica de cientistas qualificados e de instituições associadas, para o cabal desenvolvimento de atividades de CT&I voltadas para o desenvolvimento social e económico.

As autoridades cabo-verdianas reconhecem como sendo prioritário fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas, designadamente nos setores industriais. Assim assumem dotar o país de uma política de investigação científica e tecnológica que edifica uma sociedade de conhecimento, com padrões de qualidade e eficiência, de referência global, baseada no intercâmbio entre as capacidades culturais e científicas às escalas nacional e internacional e no aproveitamento das vantagens comparativas, promovendo a inovação e o desenvolvimento científico integrado e transversal. Assim apostam no investimento na investigação e desenvolvimento devendo atingir cerca de 2% do PIB em 2030 e para tanto, cerca de 1,5% em 2026.

O PEDS II determina que a CT&I deve ser usada para promover a inovação no conhecimento, capital humano, institucional e cultural de Cabo Verde em todos os setores, e para agregar maior valor a formas de capital mais baixas e tradicionais. Essa abordagem ampla aumentará a resiliência de Cabo Verde e estabelecerá as bases para a transição de longo prazo para uma sociedade baseada no conhecimento, uma economia digital e com base na inovação.

Ambicionamos no horizonte 2030, uma política de investigação científica e tecnológica que edifica uma sociedade de conhecimento, com padrões de qualidade e eficiência, de referência global, baseada no intercâmbio entre as capacidades culturais e científicas às escalas nacional e internacional e no aproveitamento das vantagens comparativas, promovendo a inovação e o desenvolvimento científico integrado e transversal.

O Programa Nacional da Ciência (PNC), criado pelo Governo, tem como principal objetivo colocar a ciência como um dos principais pilares na criação das condições para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, baseando-se em: o capital humano como ativo singular de um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento; a ciência como motor do desenvolvimento e modernização da sociedade; o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, como prioridades nacionais; a investigação científica e tecnológica como aposta para a inovação e; a diplomacia da ciência como meio para alavancar o desenvolvimento local, regional e nacional.

O Programa Nacional da Ciência deverá impulsionar mudanças e assim, no limiar de 2026:

Aumentar para 1,5% do PIB, o investimento público na investigação científica, e para 50% a percentagem de investigadores, docentes e estudantes universitários em projetos de investigação e com publicações científicas em revistas nacionais e internacionais de referência, promovendo a igualdade de género.

Aumentar para 70% a proficiência em língua portuguesa, para 50% em língua inglesa e para 30% em língua francesa, fomentando o ensino especializado da língua materna.

Aumentar para 40% as certificações realizadas pelos organismos nacionais de certificação, 50% o uso das normas do acervo normativo nacional e atingir 30% de cobertura das necessidades de calibração e 70% da demanda de verificação metrológica.

Aumentar para 80% a cobertura da demanda de Serviços de Proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI), 70% o uso dos DPI e reduzir para 35% o uso indevido dos DPI.

Aumentar a produtividade e a rentabilidade das explorações hortofrutícolas em 4%, com recurso a pacotes tecnológicos, agricultura de precisão e digitalizada sensíveis ao género.

Estes objetivos estão traduzidos em projetos incorporados no Plano Estratégico de Ciência, Tecnologia e Inovação (PECT&I) 2022-2026. Uma das principais realizações do PECT&I é a criação da Fundação para a Ciência, Inovação e Tecnologia (FCIT), com a missão de assegurar e reforçar o vínculo entre a ciência, tecnologia, inovação e a sociedade, mediante o financiamento de ações que promovam a produção científica de excelência, a ciência aberta e inclusiva, a cultura e a educação científicas, bem como o desenvolvimento tecnológico e a inovação, com vista a responder às necessidades e aos desafios do desenvolvimento científico e tecnológico nacional. O Governo incentivará as Instituições de Ensino Superior e as Instituições de Investigação Não Universitárias a dotarem-se das respectivas Agendas de Investigação para este ciclo de planeamento e a implementarem, tendo em atenção as prioridades de desenvolvimento do País. Para tanto promoverá a diplomacia da ciência, quanto mobilizará recursos para o investimento na investigação.

Assim, até 2026, estará implementada pelo menos 70% das agendas de Investigação das Instituições de Ensino Superior, bem como das áreas da economia azul, saúde, agricultura, cultura, engenharia civil, gestão do território, economia digital e de outras áreas identificadas pelo Centro de Inteligência e Políticas Públicas, realizadas pelas Instituições de Investigação Não Universitárias.

O mundo moderno se suporta das chamadas **Infraestruturas da Qualidade - IQ**, nomeadamente da Normalização, entendido como standardização, bem como da Metrologia, enquanto ciência das medições, para incutir desenvolvimento às empresas. Cabo Verde tem vindo a conquistar de forma assertiva o seu espaço no domínio da Qualidade da região CEDEAO, participando ativamente nos diferentes órgãos regionais das Infraestruturas da Qualidade, através do IGQPI.

Os desafios que persistem no domínio da Qualidade do país prendem-se com a criação de competências técnicas em todo o território nacional nas áreas afins da qualidade que a prestação de serviços diferenciados da Qualidade às organizações seja uma realidade, bem como a disponibilização de infraestruturas básicas para a cobertura das necessidades de calibração de equipamentos de medição e serviços de certificação dos produtos nacionais destinados ao consumo local e à exportação.

Ao se incluir pela primeira vez, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, a abordagem transversal a todos os setores da economia, a matéria da «Qualidade», especificamente no Programa da Ciência, está-se a colocar uma tônica diferenciada num fator positivo e extremamente relevante nos mercados internacionais, onde Cabo Verde pode singrar tendo em conta o potencial para se posicionar proactivamente, desde que os investimentos necessários nos recursos humanos e nas infraestruturas sejam realizados.

A aposta na Qualidade tem subjacente a implementação da **Política Nacional da Qualidade (PNQ)** através da sua Matriz que constitui a base dos objetivos estratégicos do IGQPI, assente no **Sistema Nacional da Qualidade de Cabo Verde - SNQC**.

Ambiciona-se, pois, que no contexto do PEDS II o país tenha um Sistema Nacional da Qualidade que apoie o fornecimento de produtos e serviços certificados, a contribuir para a excelência e competitividade do país.

O PEDS II deverá garantir o pleno funcionamento de **Programas de certificação** para os setores prioritários com um aumento de 40% das certificações realizadas pelos organismos nacionais de certificação; a operacionalização da **rede nacional de laboratórios** contribuirá para o aporte de evidências indispensáveis à avaliação dos produtos e à certificação. As diferentes matérias da qualidade criarão oportunidades em novas áreas de formação e, concomitantemente, de expansão profissional, ao mesmo tempo que as novas competências adquiridas contribuirão para o crescimento do SNQC.

A operacionalização do **Laboratório Nacional da Metrologia - LNM** para que **serviços de calibração** sejam disponibilizados e pelo menos cerca de 30% das necessidades sejam cobertas, garantindo maior confiabilidade às medições, particularmente em áreas chave como sendo da saúde, da segurança, do setor produtivo e das transações comerciais. No horizonte 2026 seja possível responder a 70% da demanda de verificação metrológica. Não se poderá dissociar dessa abordagem o facto de que a acreditação do LNM, o potenciará para ser um laboratório de referência na CEDEAO, imprimindo uma mudança de paradigma e posicionamento estratégico do país nesse domínio. A inovação no design dos produtos e no seu desenvolvimento deve igualmente passar pela introdução dos princípios de melhoria contínua da qualidade dos mesmos.

A Propriedade Intelectual (PI) assume cada vez mais um papel fundamental no crescimento económico e desenvolvimento dos países, pois protege e valoriza as obras e criações que derivam da mente humana, agrega valor aos produtos e serviços, incentiva a inovação e a criatividade e devido à sua transversalidade é relevante para todos os setores económicos e sociais. O Sistema Nacional da PI está assente num quadro legal e institucional adequado, embora possa ser melhorado, para garantir a sua efetiva operacionalização.

Cabo Verde tem vindo progressivamente a integrar os sistemas regional e internacional da PI, tanto na área dos Direitos de Autor e Direitos Conexos como no domínio da Propriedade Industrial. Em 2022 foi aprovada a Carta de Política de Propriedade Intelectual (CPPI), que define a visão, a missão e os objetivos a serem perseguidos nos próximos 10 anos neste domínio. No entanto, a utilização do Sistema da PI para o benefício dos criadores, inovadores, empresários, empreendedores e da sociedade em geral é ainda incipiente. A Carta de Política da PI estabelece como visão para o domínio da Propriedade Intelectual.

«Um sistema de PI que agregue valor às potencialidades naturais, preserve a identidade cultural de Cabo Verde e estimule a criatividade e a inovação, de modo a acelerar o desenvolvimento cultural, social, tecnológico e económico do país em conformidade com a Agenda “Cabo Verde Ambição 2030».

Durante a vigência do PEDS II, prevê-se importantes realizações no domínio da Propriedade Intelectual que concorrem para a concretização dessa visão, através da materialização do objetivo específico estabelecido para este setor no Programa Nacional da Ciência, e enquanto contribuição para consecução dos objetivos dos demais Programas desse plano estratégico.

Em 2026 almeja-se que no domínio da PI o país esteja dotado de um Sistema Nacional da PI mais estruturado e consolidado, que suporte a preservação e a valorização das potencialidades naturais e culturais e que promova a criatividade e a inovação, mais concretamente com: (a) um quadro legal da PI moderno alinhado com as tendências globais e regionais nesta matéria e as prioridades de desenvolvimento do país; (b) instituições nacionais responsáveis pela administração dos Direitos da PI dotadas de recursos humanos, financeiros e materiais adequados e de competências essenciais para exercício das suas funções; (c) instituições nacionais responsáveis pela fiscalização dos Direitos da PI (DPI) mais atuantes, em particular no que respeita à contrafação e pirataria, que se estima reduzir na vigência do PEDS II para 35%; (d) serviços da PI prestados com mais qualidade, rapidez, eficiência e mais próximos dos operadores económicos, produtores, criadores, inventores, inovadores, cobrindo 80% da demanda; (e) profissionais no domínio da PI qualificados (Agentes Oficiais da PI); (f) programas de apoio e incentivos à Propriedade Intelectual acessíveis às MPME's, incubadoras, startups, jovens empreendedores, criadores, academia e instituições de pesquisa e desenvolvimento.

Pretende-se ainda que em 2026, os Direitos da PI sejam mais utilizados pelos vários intervenientes do Sistema da PI, com um aumento de 70% do uso desses direitos nos próximos 5 anos, em particular pela academia, institutos de pesquisa e desenvolvimento, bem assim pelas MPME's, startups, jovens e mulheres nos setores do turismo, agricultura, economia verde, economia azul, cultura e indústrias culturais, ciência, tecnologia e inovação e economia digital.

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico nº1 - Score Global no Doing Business em 2021 e 2026 MFFE.....	7
Gráfico nº2 - Diversificação do turismo. Procura turística no Sal e Boa Vista e restantes ilhas.....	15
Gráfico nº3 População de 10 anos ou mais que utilizou a internet nos últimos 3 meses (%). INE e MED.....	20
Gráfico nº4 Taxa de penetração de energias renováveis (%) MICE.....	24
Quadro Nº 1 – Projetos aprovados 2015 - 2021.....	11
Quadro Nº 2 – Valor Acrescentado da Agrucultura, área recuperada e Prevalênciua de subalimentação.....	28



Lote PH04, Urb. Morrinho De Baguincho - Z.D.
Praia de Boca Salina - Boa Vista, Cabo Verde



(+238) 260 75 21



caboverdef4dev@govcv.gov.cv